

MATERIAL
EXEMPLAR

SIMULADO OAB

2ª Fase



CERS

AdVerum
Suporte Educacional

Olá, aluno!

Ansioso para a **2ª fase da OAB**? Como você já deve saber, o **XXXI Exame de Ordem** já tem data marcada para a próxima prova. Após diversas remarcações, a nova data seguirá um esquema de prova facultativa, em que os candidatos que estiverem receosos com a sua saúde, poderão deixar pra fazer o XXXII Exame.

E para ajudar na sua preparação, nossa equipe do CERS separou para vocês esse incrível **simulado com todas as disciplinas da 2ª fase!** Fiquem atentos pois nós também colocamos as páginas para responder essas questões. Então, se vocês quiserem seguir um modelo de avaliação ideal, vocês devem imprimir-las juntamente com as questões para respondê-las de forma manuscrita.

Lembre-se que para a elaboração da peça você tem a sua disposição 5 páginas, enquanto que para cada questão haverá 1 página.

Logo após você encontrará o espelho de correção de cada uma delas.

Bons estudos 😊

SIMULADO OAB

2ª Fase

Direito Penal



CERS

AdVerum
Suporte Educacional

Simulados OAB

PADRÃO DE RESPOSTA – PEÇA PROFISSIONAL

Enunciado

Bruno, nascido em 10 de agosto de 2000, foi denunciado pela suposta prática do crime incurso no artigo 180, caput, do Código Penal.

De acordo com a denúncia, no dia 15 de julho de 2019, em comunhão de desígnios, Guedes e Fabricio teriam subtraído um aparelho celular Iphone 8 da loja Apple, localizada no Shopping Leblon, Zona sul da cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro.

Narra ainda a exordial acusatória que Bruno teria recebido o telefone celular na mesma noite da subtração, ocasião em que Guedes e Fabricio teriam entregue o bem a ele em seu apartamento, no bairro de Ipanema.

A denúncia foi recebida em 02/08/2019 pelo juiz da quinta Vara Criminal da Comarca da Capital do Rio de Janeiro, tendo o Ministério Público realizado a proposta de transação penal, que foi negada por Bruno. Após a citação, a defesa apresentou tempestivamente resposta à acusação.

A Audiência de Instrução e Julgamento foi designada para o dia 10/08/2019.

Iniciada a Audiência de Instrução e Julgamento, o Magistrado iniciou pelo interrogatório do réu, com o objetivo de dar maior agilidade ao procedimento, pois, segundo ele, na hipótese de eventual confissão de Bruno, não seria necessária a oitiva das testemunhas. Durante o interrogatório, Bruno afirmou que não recebeu nenhuma vantagem patrimonial, e que, somente recebeu o aparelho celular em seu apartamento, pois Guedes, amigo de muitos anos, teria dito a ele que o telefone era presente para uma namorada e que não gostaria de guardá-lo em casa porque a namorada poderia encontrá-lo. Indagado pelo magistrado sobre a origem do bem, Bruno afirmou que em momento algum desconfiou da origem ilícita, principalmente por saber que Guedes possuía condições financeiras de comprar um bem daquele valor e que, de fato, acreditou que estaria apenas fazendo ao amigo um favor de guardar temporariamente o presente.

Ouvidas as testemunhas Carlos e Beatriz, foi afirmado que Bruno era pessoa íntegra e que de fato ele desconhecia a origem do telefone, pois teria comentado que Guedes gostaria de fazer uma surpresa para a namorada, ocasião em que pediu que ele guardasse o presente, que seria um Iphone 8.

Encerrada a Audiência de Instrução e Julgamento, os autos foram remetidos aos Ministério Público, que se manifestou pela procedência do pedido nos termos da denúncia.

Você, advogado(a) de Bruno, foi intimado(a) em 20/08/2019, terça-feira, sendo o dia subsequente útil.

Com base nas informações acima expostas e naquelas que podem ser inferidas do caso concreto, redija a peça cabível, excluindo a possibilidade de Habeas Corpus, no último dia do prazo, sustentando todas as teses jurídicas pertinentes.

Obs.: a peça deve abranger todos os fundamentos de Direito que possam ser utilizados para dar respaldo à pretensão. A simples menção ou transcrição do dispositivo legal não confere pontuação.

Simulados OAB

Resposta Ideal

GABARITO

- Endereçamento correto:

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA QUINTA VARA CRIMINAL DA COMARCA DA CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - RJ

Processo número:

Bruno, já qualificado nos autos do processo às folhas (), por seu advogado e bastante procurador que a esta subscreve, conforme procuração anexada, vem, muito respeitosamente à presença de Vossa Excelência, com fundamento no artigo 403, § 3º, do Código de Processo Penal, apresentar alegações finais por

MEMORIAIS (OU ALEGAÇÕES FINAIS POR MEMORIAIS)

pelos motivos de fato e de direito a seguir aduzidos:

Exposição fática

DOS FATOS

O réu foi denunciado pela prática do crime de receptação, previsto no art. 180, caput, do Código Penal, pois teria recebido em proveito próprio coisa que sabia ser produto de crime, qual seja, um aparelho de celular Iphone 8 da Apple.

Bruno afirmou que não recebeu nenhuma vantagem patrimonial, e que, somente recebeu o aparelho celular em seu apartamento, pois Guedes, amigo de muitos anos, teria dito a ele que o telefone era presente para uma namorada e que não gostaria de guardá-lo em casa porque a namorada poderia encontrá-lo. Indagado pelo magistrado sobre a origem do bem, Bruno afirmou que em momento algum desconfiou da origem ilícita, principalmente por saber que Guedes possuía condições financeiras de comprar um bem daquele valor e que, de fato, acreditou que estaria apenas fazendo ao amigo um favor de guardar temporariamente o presente.

O representante do Ministério Público requereu a condenação do réu nos exatos termos da denúncia, e, em 20/08/2019, o réu foi intimado para apresentar suas alegações finais por memoriais.

PRELIMINAR

Nulidade pela inversão da ordem na Audiência de Instrução e Julgamento, em flagrante violação ao princípio da ampla defesa art. 5º, LV da CF.

Simulados OAB

Preliminarmente é mister destacar a nulidade por omissão de formalidade que constitua elemento essencial do ato, nos termos do art. 564, IV do Código de Processo Penal, visto que foi procedida a inversão da ordem para a realização da Audiência de Instrução e Julgamento, na qual o interrogatório do réu foi o primeiro ato praticado e não o último conforme previsão do art. 400 do Código de Processo Penal.

Além disso, ao interrogar o acusado antes da inquirição das testemunhas, incorre o juízo em flagrante cerceamento de defesa, violando o art. 5º, LV da CF. O interrogatório consiste no exercício de auto defesa por parte do réu, que deve ter o direito de se defender também da prova colhida durante o processo.

MÉRITO

Do mérito, a atipicidade da conduta se impõe. O delito previsto no art. 180, caput, do Código Penal, exige para a sua caracterização a nítida manifestação de dolo e que o agente tenha evidente conhecimento de que o bem objeto do crime é produto de atividade criminosa, o que efetivamente não manifesta-se na situação imputada ao presente acusado.

Em que pese esteja devidamente comprovado que o objeto em questão tenha sido obtido por meio da prática do crime de furto, não há nos autos nenhuma comprovação de que o réu tivesse conhecimento desse fato. Pelo contrário, restou demonstrado que o réu não sabia e nem poderia saber dessa condição, seja pelo asseverado em seu interrogatório, seja pelo informado pelas testemunhas.

Destarte, não há que se falar em dúvida acerca do conhecimento do crime anterior, e sim, de certeza acerca do desconhecimento da conduta praticada por Guedes e Fabrício.

Por outro lado, em relação à eventual prática de conduta culposa do crime de receptação, o que se cogita apenas pelo amor ao debate, para a sua punição, é essencial que a condição do agente fosse incompatível com as circunstâncias fáticas. No caso em tela, Guedes poderia perfeitamente ter adquirido o aparelho de celular e, sabendo não se tratar de agente envolvido em práticas delitivas, não é possível se exigir do réu a previsibilidade da origem ilícita do bem, pois, nenhum homem médio na mesma situação poderia prever tal condição.

Ante o exposto, necessário se faz reconhecer a inexistência de dolo ou culpa, razão pela qual há de ser reconhecida a atipicidade da conduta praticada!

Na remota hipótese de Vossa Excelência não entender pelas teses anteriormente ventiladas, há que se desclassificar a conduta praticada pelo agente. Isto, porque, não há prova alguma de que o réu obteria (ou obteve) vantagem patrimonial ao prestar auxílio a Guedes.

Logo, a conduta praticada pelo réu se amoldaria, nesta premissa de raciocínio, ao tipo penal previsto no art. 349 do Código Penal - favorecimento real - devendo, assim, ser reconhecida a desclassificação da conduta.

Entendendo esse douto Juízo pela desclassificação para o crime de favorecimento real, e sabendo que se trata de um crime de menor potencial ofensivo, pois a sua pena máxima não excede a 2 (dois) anos, conforme disposto no art. 61 da Lei 9.099/95, deverá haver a remessa dos autos ao Juízo competente, qual seja, o Juizado Especial Criminal, nos moldes do estabelecido no art. 383, § 2º, do Código de Processo Penal.

Simulados OAB

Em atenção ao preconizado no Princípio da Eventualidade, e entendendo esse douto Juízo pela condenação do réu pela prática do crime de receptação, passa-se a tecer comentários sobre a dosimetria da pena.

Em relação à pena base, esta deverá ser fixada no mínimo legal. Em seguida, quanto à pena intermediária, deverá ser reconhecida a atenuante da menoridade relativa, na forma do art. 65, inciso I, do Código Penal, e da atenuante da confissão espontânea, na forma do art. 65, inciso III, alínea d, do Código Penal. Por fim, na fixação da pena definitiva, não há causas de aumento ou diminuição da pena.

Deverá ser estabelecido para cumprimento inicial da pena o regime aberto, consoante art. 33, § 2º, do Código Penal, e, ainda, considerando preenchidos os requisitos do art. 44 do Código Penal, há que ser substituída a pena privativa de liberdade por restritiva de direito.

Não entendendo vossa excelência pela manifestação dos requisitos autorizadores da substituição da pena privativa de liberdade por penas restritivas de direito, ainda em sede argumentativa, por amor a lide e gosto ao debate, roga-se a observação da possibilidade de concessão ao réu da suspensão condicional da pena, visto que os requisitos autorizadores previstos art. 77 do Código Penal passariam a estar personificados na situação em análise.

PEDIDOS

Por todo o exposto, a defesa requer a absolvição pela atipicidade da conduta, nos termos do art. 386, III, do Código de Processo Penal, em decorrência da ausência de dolo ou culpa na conduta do agente.

Não entendendo vossa excelência pelo pleito de absolvição, o que não se espera que ocorra, que seja ao menos decretada a anulação da instrução probatória em decorrência da nulidade pela inversão da ordem da Audiência de Instrução e Julgamento, acarretando omissão de formalidade que constitua elemento essencial do ato nos termos do art. 400 c/c art. 564, IV, ambos do Código de Processo Penal.

Não entendendo vossa excelência pelos pleitos supras, o que não se espera que ocorra, que ao menos seja desclassificado o crime de receptação – art. 180 do Código Penal – imputado na peça acusatória, para o crime de favorecimento real – art. 349 do Código Penal nos com a remessa dos autos ao juízo que tornar-se-á competente.

Não entendendo vossa excelência pela desclassificação e insistindo na necessidade de condenação, o que nos parece muito improvável, que seja ao menos aplicada a pena base no mínimo legal, com o reconhecimento das atenuantes da confissão espontânea e da menoridade relativa, nos termos do art. 65, I e III, d, do Código Penal, bem como a fixação do regime aberto para cumprimento inicial da pena, conforme estabelece o art. 33, § 2º, do Código Penal.

Requer, ainda, em sendo esta a lógica adotada por vossa excelência, a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, nos termos do art. 44 do Código Penal. Não entendendo ser cabível tal substituição, que ao menos seja reconhecida e deferida a suspensão condicional da pena, nos termos do art. 77 do Código Penal.

Termos em que,
Pede deferimento.

Simulados OAB

Rio de Janeiro, 26 de agosto de 2019.

Advogado, OAB

Gabarito comentado:

O examinando deverá elaborar a peça de alegações finais por memoriais, fundamentando no artigo 403, parágrafo 3º do CPP.

Em preliminar, deverá ser arguida a Nulidade pela inversão da ordem na Audiência de Instrução e Julgamento, em flagrante violação ao princípio da ampla defesa art. 5º, LV da CF.

No mérito, o examinando deve alegar a atipicidade da conduta pela ausência de dolo e culpa; de forma subsidiária a desclassificação para favorecimento real consoante artigo 349 do CP com remessa ao Juízo competente (Juizado Especial Criminal). Deveriam ser alegas as circunstâncias atenuantes de confissão e menoridade relativa, assim como o cabimento de regime inicial aberto, a substituição da pena privativa de liberdade e sua eventual suspensão.

Quanto aos pedidos, deverá o examinando requerer Absolvição pela atipicidade da conduta; Acolhimento da nulidade pela inversão da ordem da Audiência de Instrução e Julgamento; Desclassificação para o crime de favorecimento real com remessa ao juízo competente e neste caso, reconhecimento das atenuantes de confissão e menoridade relativa, fixação de regime inicial aberto, substituição da pena ou sua suspensão.

Levando em conta o comando da questão, que determina datar a peça com o último dia do prazo cabível, o prazo final seria o dia 26 de agosto de 2019.

ITEM AVALIADO	PONTUAÇÃO	COMENTÁRIO EXPLICATIVO AO ALUNO
A peça adequada é alegações finais por memoriais.		Neste item, o aluno deveria identificar que a peça cabível no presente caso é alegações finais por memoriais, com fundamento no artigo 403, parágrafo 3º do CPP.
Endereçamento		
Endereçamento correto: Quinta Vara Criminal da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro - RJ. (0,20)	0 / 0,20	Neste item era necessário indicar Endereçamento correto: Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz De Direito da Quinta Vara Criminal da Comarca do Rio de Janeiro-RJ
Indicação correta do dispositivo que enseja a apresentação das Alegações Finais por memoriais – artigo 403, § 3º, do Código de Processo Penal. (0,30)	0 / 0,30	Neste item, era necessário indicar corretamente a fundamentação legal da peça no artigo 403, parágrafo 3º do CPP.
Estrutura da Peça		
Estrutura correta da peça (divisão das partes / indicação de local, data, assinatura) (0,20)	0 / 0,20	Neste item era necessário identificar a correta estrutura da peça.
Exposição fática (0,20)	0 / 0,20	Necessária a breve explanação dos fatos.
Desenvolvimento jurídico acerca da nulidade (0,20) por inversão da ordem prevista no art. 400 do Código de Processo Penal - interrogatório antes do	0 / 0,20 / 0,60 / 0,80	Em sede preliminar, o examinando deveria alegar a nulidade por inversão da ordem prevista no art. 400 do

Simulados OAB

<p>encerramento da fase de colheita da prova testemunhal - enseja nulidade do respectivo ato (0,40), nos termos do art. 564, inciso IV, do Código de Processo Penal), em violação à ampla defesa, art. 5º LV da CF (0,20).</p> <p>Obs.: a mera indicação do artigo não pontua.</p> <p>Desenvolvimento jurídico acerca da ausência de dolo (0,20), o que gera a atipicidade da conduta (0,40)</p> <p>Obs.: a mera indicação do artigo não pontua.</p> <p>Desenvolvimento jurídico acerca da possibilidade de desclassificação para o crime de favorecimento real, de acordo com o artigo 349 do CP, com consequente remessa ao juízo competente (0,40)</p> <p>Obs.: a mera indicação do artigo não pontua.</p> <p>Desenvolvimento jurídico acerca do cabimento do regime aberto com base no artigo 33, par. 2º do CP (0,10), reconhecimento das atenuantes da confissão e menoridade relativa, consoante artigo 65, I e III, d do CP (0,10), substituição da pena, consoante artigo 44 do CP (0,10) ou suspensão da pena de acordo com o artigo 77 do CP (0,10)</p>	<p>0 / 0.20 / 0.40 / 0.60</p> <p>0 / 0,40</p> <p>0.00 / 0.10 / 0.20 / 0.30 / 0.40</p>	<p>Código de Processo Penal - interrogatório antes do encerramento da fase de colheita da prova testemunhal - enseja nulidade do respectivo ato , nos termos do art. 564, inciso IV, do Código de Processo Penal), em violação à ampla defesa, art. 5º LV da CF.</p> <p>No mérito, o examinando deveria alegar como tese principal a ausência de dolo, com consequente atipicidade da conduta e exclusão do crime</p> <p>Como tese subsidiária, deveria ser alegada a desclassificação para o crime de favorecimento real, consoante artigo 349 do CP.</p> <p>Como consequência da teses subsidiária de desclassificação, o examinando deveria mencionar a existência de circunstâncias atenuantes de confissão e menoridade relativa, cabimento de regime inicial aberto e possibilidade de substituição ou suspensão da pena privativa de liberdade.</p>
<p>Pedidos</p>		
<p>A) Pedido preliminar de reconhecimento da nulidade, na forma do art. 564, IV, do CPP. (0,20)</p> <p>B) Pedido principal de absolvição por atipicidade da conduta (0,10) , com fundamento no artigo 386, III ou VI do CPP (0,10)</p> <p>C) Pedido subsidiário de desclassificação para o crime de favorecimento real do artigo 349 do CP (0,20) , com consequente remessa ao Juízo competente (0,20)</p> <p>C) Em caso de desclassificação, reconhecimento das atenuantes da menoridade relativa do artigo 65, I (0,20) e da confissão do artigo 65, III, d do CP (0,20)</p> <p>D) Ainda em caso de desclassificação, pedido de fixação de regime aberto (0,10),</p>	<p>0 / 0,20</p> <p>0 / 0.10 / 0,20</p> <p>0 / 0.20 / 0.40</p> <p>0 / 0.20 / 0.40</p> <p>0 / 0.10 / 0.20 / 0.30</p>	<p>Neste item, o aluno deveria requerer o reconhecimento da nulidade, na forma do art. 564, IV, do CPP</p> <p>Deveria ser formulado o pedido principal de absolvição por atipicidade da conduta.</p> <p>Frente ao princípio da eventualidade, deveria o examinando formular pedido subsidiário de desclassificação para o artigo 349 do CP, com consequente remessa dos autos ao juízo competente.</p> <p>Em caso de desclassificação, deveria requerer o reconhecimento das atenuantes da menoridade relativa do artigo 65, I e da confissão do artigo 65, III, d do CP.</p> <p>Deveria ainda formular o pedido subsidiário de fixação de regime aberto, substituição da pena ou suspensão da pena</p>

Simulados OAB

substituição da pena (0,10) ou suspensão da pena (0,10).		
Fechamento		
Estrutura correta (indicação de local, data, assinatura) (0,20)	0,00/0,20	Neste item era necessário identificar a correta estrutura da peça, assim como endereçá-la ao Juiz de Direito da Quinta Vara Criminal da Comarca da Capital do Rio de Janeiro. O aluno NÃO DEVERIA identificar seu nome na assinatura.
Indicação correta do prazo (0,20)	0,00 / 0.20	A peça deveria ser datada no dia 26 de agosto de 2019.

Simulados OAB

PADRÃO DE RESPOSTA – QUESTÃO 01

Enunciado

Questão 01:

Julio e Andrade foram denunciados pelo Ministério Público pela prática do crime de estelionato praticado contra pessoas idosas, por três vezes, em continuidade delitiva. Recebida a denúncia, o magistrado competente condenou ambos nos termos da denúncia a uma pena de 03 anos majorada em 1/6 em razão da continuidade delitiva, totalizando 03 anos e 06 meses de reclusão, nos termos do art. 171, §4º, c/c art. 71, ambos do Código Penal. O Ministério Público não recorreu. Julio, insatisfeito com a condenação, apela perante o Tribunal de Justiça, requerendo a nulidade da decisão, o que foi acatado pela instância superior, sendo os autos novamente encaminhados ao juiz para nova decisão. Todavia, nesta segunda sentença, o magistrado condena Julio e Andrade, mantendo a pena base de 03 anos, porém considerando o aumento pela continuidade delitiva em metade, totalizando uma pena de 04 anos e 06 meses de reclusão. Julio novamente recorreu da decisão.

Diante das informações, na qualidade de advogado(a) de Julio, responda os itens a seguir:

a) Qual a principal tese defensiva a ser adotada? Fundamente sua resposta. (0.65)

b) Andrade, que não recorreu da decisão, poderá ser também beneficiado pela tese acima indicada? (0.60)

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar suas respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

Simulados OAB

Resposta Ideal

a) Em virtude de inexistir recurso por parte da acusação, não pode a defesa ser prejudicada por seu próprio recurso, em face do princípio da proibição da reformatio in pejus, previsto no art. 617 do Código de Processo Penal, o qual se estende à figura da proibição da reformatio in pejus indireta.

Assim, ainda que declarada a nulidade da sentença, a nova sentença deverá ser proferida nos limites da sentença anteriormente prolatada e declarada nula, devendo o juiz, na nova sentença, fixar pena igual ou inferior àquela antes aplicada, portanto, a pena imposta aos réus está limitada ao patamar de 03 anos e 6 meses.

b) Sim, uma vez que aplica-se a extensibilidade das decisões objetivamente benéficas, conforme artigo 580 do CPP.

Distribuição dos Pontos

ITEM	PONTUAÇÃO	COMENTÁRIO EXPLICATIVO AO ALUNO
A. Em virtude de inexistir recurso por parte da acusação, não pode a defesa ser prejudicada por seu próprio recurso, em face do princípio da proibição da reformatio in pejus (0,35), prevista no artigo 617 do CPP (0,30).	0 / 0,30 / 0,35 / 0,65	Neste item, o aluno deveria identificar a proibição de reformatio in pejus, consoante artigo 617 do CPP
B. Sim (0.30 uma vez que aplica-se a extensibilidade das decisões objetivamente benéficas, conforme artigo 580 do CPP (0.30)	0 / 0,30 / 0,60	Neste item, o aluno deveria dar resposta positiva, com fundamento no artigo 580 do CPP, que prevê a extensibilidade das decisões objetivamente benéficas.

Simulados OAB

PADRÃO DE RESPOSTA – QUESTÃO 02

Enunciado

Na noite de 10 de maio de 2020, Viviane sai de seu apartamento por volta das 21 horas, dirigindo-se a um supermercado próximo de sua residência, para trocar dois sacos de arroz de determinada marca por outro produto semelhante. No caminho, é interceptada por Joaquim, que com o uso de força física, tenta subtrair os produtos de Viviane. No entanto, Viviane aplica um golpe que leva Joaquim ao chão. Foi apurado que Joaquim não se alimentava a dois dias, tendo perdido o seu emprego recentemente em virtude da grave pandemia vivenciada no país. Com Joaquim já ao chão, Viviane continua desferindo vários golpes, mesmo após cessada qualquer agressão por parte de Joaquim. Temendo pela própria vida, Joaquim consegue se levantar e desfere um único soco em Viviane, que cai desacordada e é socorrida instantes após por uma pessoa que passou pelo local.

Pergunta-se:

- a) Na hipótese em tela, há alguma excludente de crime que possa ser alegada na defesa de Joaquim quanto ao soco desferido em Viviane? (0.60)
- b) Viviane poderia ser penalmente responsabilizada pelos golpes desferidos em Joaquim? (0.65)

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar suas respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

Simulados OAB

Resposta Ideal

- A) Sim, trata-se de legítima defesa, tendo em vista a possibilidade de legítima defesa sobre o excesso praticado por Viviane.
- B) Sim, pois consoante o disposto no artigo 23, parágrafo único, é punível o excesso.

Distribuição dos Pontos

ITEM	PONTUAÇÃO	COMENTÁRIO EXPLICATIVO AO ALUNO
A. Sim (0.20), trata-se de legítima defesa (0.20), na forma do artigo 25 do CP (0.20)	0,00 / 0,20 / 0.40 / 0.60	Neste item, o aluno deve identificar o cabimento de legítima defesa sobre o excesso perpetrado por Viviane, sendo aplicável o artigo 25 do CP.
b) Sim (0.20), pois consoante o disposto no artigo 23, parágrafo único (0.20), é punível o excesso (0.25)	0.20 / 0.25 / 0.40 / 0.45 / 0.65	Neste item, o aluno deveria indicar a possibilidade de responsabilização penal de Viviane, tendo em conta a punição por excesso na excludente de ilicitude, de acordo com o disposto no artigo 23, parágrafo único do CP.

Simulados OAB

PADRÃO DE RESPOSTA – QUESTÃO 03

Enunciado

QUESTÃO 3

Joana trabalhava como doméstica na casa de Marcos e de Julieta há aproximadamente dez anos. Durante esse período, se apaixonou perdidamente pelo jardineiro Pedro, que ia até o local uma vez por semana.

Durante um dia de trabalho, Joana ouviu quando Pedro falou ao telefone que naquele fim de semana, Marcos e Julieta estariam viajando e que ele invadiria a casa para subtrair um cofre que ficava dentro do closet do casal.

Com a intenção de ajudar Pedro, mesmo sem ele saber, Joana deixou a porta principal aberta durante o fim de semana em que os patrões estavam viajando. No entanto, como Pedro desconhecia a ajuda, entrou na residência arrombando uma janela lateral, tendo logrado êxito na subtração do cofre.

Considerando os dados narrados na questão, responda:

A) Caso Joana confesse ter deixado a porta aberta e seja denunciada por furto qualificado, existe alguma tese defensiva apta a afastar sua responsabilidade penal? (0.65)

B) Seria correta a tipificação penal para Pedro de furto qualificado pelo concurso de pessoas? (0.60)

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar as respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

Simulados OAB

Resposta Ideal

A) Sim. Na hipótese, faltaria requisito apto a caracterizar o concurso de pessoas. A conduta de Joana nao teria sido relevante para o resultado, tendo em vista que Pedro entrou na residência pela janela lateral.

B) Não, pois ausente o concurso de pessoas, Pedro nao poderia responder com a qualificadora

Distribuição dos Pontos

ITEM	PONTUAÇÃO	COMENTÁRIO EXPLICATIVO AO ALUNO
A. Sim (0.25) Na hipótese, faltaria requisito apto a caracterizar o concurso de pessoas. A conduta de Joana nao teria sido relevante para o resultado, tendo em vista que Pedro entrou na residência pela janela lateral. (0.40)	0,00 / 0,25 / 0.40 / 0.65	Neste item, o aluno deveria dar resposta positiva, indicando a ausência de relevância na conduta de Joana, o que descaracterizaria o concurso de pessoas
B. Não (0.30), pois ausente o concurso de pessoas, no poderia incidir a qualificadora (0.30)	0,00 / 0,30 / 0,60	Neste item, o aluno deveria indicar que não poderia incidir a qualificadora do concurso de pessoas, tendo em vista que o concurso não existiu e que Pedro atuou sozinho.

Simulados OAB

PADRÃO DE RESPOSTA – QUESTÃO 04

Enunciado

Vitoria foi denunciada pelo crime de furto. Narra a exordial acusatória que no dia 15 de abril de 2020, Vitoria subtraiu o celular e os cartões de Alexandre. A denúncia foi recebida pelo juiz competente. No entanto, durante a instrução criminal restou apurado que Vitoria estava junto com Frederica no momento do crime e que ambas exerceram ameaça com emprego de uma faca para subtrair os pertences de Alexandre. Sendo assim, diante da necessidade de modificação da capitulação, em razão da prova que foi colhida durante o processo, indaga-se:

a) Poderá o juiz realizar a alteração da capitulação de ofício? Justifique (0.60)

b) Qual é a correta tipificação do delito praticado por Vitoria? (0.65)

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar as respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

Simulados OAB

Resposta Ideal

a) Não, o juiz não poderá alterar a narrativa fática de ofício. A hipótese indicada na questão caracteriza o instituto da Mutatio Libelli, previsto no art. 384 do Código de Processo Penal, situação na qual, com o surgimento da prova que demonstra ter sido o fato praticado diverso daquele narrado na exordial, deve o Ministério Público aditar a denúncia.

Assim, caberia ao Promotor de Justiça promover o aditamento da denúncia, incluindo na imputação fática tanto o emprego da ameaça com a arma de fogo, bem como a participação de Frederica.

Somente no caso do promotor não realizar o aditamento, o que pode ser feito até a sentença, deverá o juiz, enquanto fiscal do princípio da obrigatoriedade da ação penal pública, aplicar o art. 28 do Código de Processo Penal, na forma do art. 384, parágrafo 1o., do mesmo Código.

b) A correta tipificação se dá no artigo 157, parágrafo 2o., incisos II do Código Penal. Em virtude do emprego de grave ameaça, o crime praticado por Vitoria foi o roubo, incidindo a majorantes do concurso de pessoas.

Distribuição dos Pontos

ITEM	PONTUAÇÃO	COMENTÁRIO EXPLICATIVO AO ALUNO
A) Não (0.20), consoante o disposto no artigo 384 do CPP, teria ocorrido mutatio libelli (0.20), que depende do aditamento da denúncia (0.20)	0,00 / 0,20 / 0,40 / 0,60	Neste item, o aluno deveria identificar o cabimento do Agravo em execução, nos termos do artigo 197 da Lei de Execução Penal
B) Crime de roubo (0.35) nos termos do artigo 157, parágrafo 2º, II, em virtude do concurso de pessoas, (0.30)	0,00 / 0,30 / 0,35 / 0,65	Neste item, o aluno deveria identificar que Claudia, por ser mãe de uma criança, faz jus à progressão de regime com o cumprimento de 1/8 da pena, nos termos do artigo 112, parágrafo 3º da LEP, uma vez estando preenchidos todos os requisitos.

SIMULADO OAB

2ª Fase

Direito do Trabalho



CERS AdVerum
Suporte Educacional

Simulados OAB

PADRÃO DE RESPOSTA – PEÇA PROFISSIONAL

Enunciado

Joana trabalhou como técnica de informática para a sociedade empresária IA Brasial Ltda., de 14/11/2017 a 18/03/2019, quando foi dispensada sem justa causa e recebeu a indenização devida pela ruptura do pacto laboral. A empregada em questão sempre recebeu salário equivalente a três mínimos mensais. Contudo, Joana achava que diversos dos seus direitos haviam sido desrespeitados ao longo do contrato, motivo pelo qual ajuizou, em 21/05/2019, reclamação trabalhista contra o ex-empregador e a Tecnologia Brasil Ltda., do mesmo grupo econômico, requerendo diversas parcelas. A demanda foi distribuída para a 90ª Vara do Trabalho de Porto Alegre, recebeu o número 124, foi devidamente contestada e instruída. Na sentença, haja vista a prejudicial de prescrição parcial, o juiz declarou prescritos os direitos anteriores a 21/01/2014 e, no mérito, analisando os pedidos formulados, julgou procedente o pedido de intervalo intrajornada, deferiu adicional de transferência na razão de 20% sobre o salário mínimo, nos quais a trabalhadora foi deslocada para outra unidade da empresa e teve de mudar seu domicílio, indeferiu o pagamento do vale transporte porque a reclamada alegou em sua defesa que a reclamante não necessitava, sem apresentar qualquer documento comprovando suas alegações, considerando que o ônus da prova era da reclamante entendeu que a mesma não possuía tal direito. Ainda, indeferiu a retificação da anotação de dispensa para computar o aviso prévio porque ele foi indenizado e, assim, não seria considerado para este fim específico. Por fim, reconheceu a existência de grupo econômico e condenou a sociedade empresária IA Brasil Ltda. de forma subsidiária, na forma da Súmula 331 do TST. Considerando que a sentença não possui vícios nem omissões, como advogado(a) contratado(a) pela trabalhadora, elabore a peça jurídica em defesa dos interesses dela. (Valor: 5,00) Obs.: a peça deve abranger todos os fundamentos de Direito que possam ser utilizados para dar respaldo à pretensão. A simples menção ou transcrição do dispositivo legal não confere pontuação.

Simulados OAB

Resposta Ideal

AO DOUTO JUÍZO DA 30ª VARA DO TRABALHO DE PORTO ALEGRE – ESTADO DO RIO GRANDE DE SUL

AUTOS N° 124

JOANA, já qualificada nos autos em epígrafe, vem respeitosamente, perante Vossa Excelência, por intermédio de seu advogado adiante assinado (procuração em anexo), com escritório profissional no endereço completo, onde recebe intimações e notificações, com fulcro no art. 895, I, a da CLT, INTERPOR:

RECURSO ORDINÁRIO

para o Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da 04ª Região.

Encontram-se presentes todos os pressupostos intrínsecos e extrínsecos de admissibilidade do recurso, dentro os quais se destacam:

- a) A recorrente não realizou o depósito recursal, visto que está dispensada do mesmo, em razão da natureza da garantia do juízo ser do recorrido.
- b) As custas processuais não foram recolhidas, pois a parte vencida é o recorrente.

Diante do exposto, requer o recebimento do presente recurso, a intimação da outra parte para apresentar contrarrazões ao recurso ordinário, nos prazo de 08 dias, conforme art. 900 da CLT, e a posterior remessa ao Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

Nestes termos,
Pede deferimento.
LOCAL, DATA.
ADVOGADO
OAB.

EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

RECORRENTE: JOANA.
RECORRIDOS: IA BRASIL LTDA. E TECNOLOGIA BRASIL LTDA.
AUTOS N.º: 124

Eminentes Julgadores,

A respeitável sentença proferida nos autos em epígrafe julgou parcialmente procedente dos pedidos, porém a sentença não merece ser mantida, pelas razões a seguir expostas.

RAZÕES DO RECURSO ORDINÁRIO

I – PREJUDICIAL DE MÉRITO

1. Da Prescrição Quinquenal

O juízo a quo reconheceu a prescrição quinquenal de forma equivocada desde 21.01.2014, sendo o ajuizamento da ação em 21.05.2019.

A sentença merece reforma, pois, nos termos da Súmula 308 do TST, do art. 7º, XXIX da CF e do art. 11 da CLT, a prescrição quinquenal é computada dos últimos cinco anos da data do ajuizamento da ação, o qual ocorreu em 21.05.2019. Assim, encontram-se prescritas as verbas anteriores a 21.05.2014 e não 21.01.2019, como reconheceu o juiz de piso.

Simulados OAB

Diante do exposto, requer a reforma da sentença para que seja declarada a prescrição quinquenal, contado dos últimos cinco anos do ajuizamento da ação, ou seja 21.05.2014.

II – MÉRITO

1. Do Adicional de Transferência

O juízo de primeiro grau julgou procedente o pedido do adicional de transferência, contudo reconheceu o adicional de 20% sobre o salário mínimo, durante o período em que a trabalhadora foi deslocada para outra unidade da empresa e teve de mudar seu domicílio.

A sentença padece de reforma, pois nos termos do art. 469, §3º a transferência de caráter provisório implica no pagamento do adicional de no mínimo 25% do salário enquanto durar a situação de transferência e não o percentual concedido na sentença.

Diante do exposto, requer a reforma do pedido para que seja concedido o adicional de transferência no importe de 25%.

2. Do Vale Transporte

A sentença de piso indeferiu o pagamento do vale transporte por entender que o ônus de comprovar a necessidade era da recorrente, sendo que em sua defesa o recorrido apenas alegou que não necessitava do mesmo, sem trazer qualquer documento comprobatório.

Contudo, a sentença merece reforma, pois, nos termos da Súmula 460 do TST o ônus da prova recai ao empregador de demonstrar que o empregado não satisfaz os requisitos para percepção do vale transporte ou não queira se valer do benefício. Porém, o recorrido não se desincumbiu do seu ônus probatório quanto ao vale transporte, nos termos do art. 818, II da CLT e art. 373, II do CPC.

Diante do exposto, requer a reforma da sentença.

3. Da Retificação da CTPS

O juízo a quo indeferiu a retificação da CTPs para que passe a constar o período do aviso prévio indenizado para fins de término do contrato de trabalho, pois entendeu que por ser indenizado o mesmo não seria computado.

A sentença não merece ser mantida, pois a OJ 82 SDI-I do TST e o art. 487, §1º da CLT estabelecem que o aviso prévio ainda que indenizado é computado para todos os fins no contrato de trabalho, inclusive para anotação da CTPS.

Diante do exposto, requer a reforma da sentença para que seja procedida a anotação correta do contrato de trabalho.

4. Do Reconhecimento do Grupo Econômico

A sentença de primeiro grau reconheceu o grupo econômico entre as reclamadas, porém declarou a responsabilidade subsidiária, nos termos da Súmula 331 do TST.

Contudo, a sentença merece reforma, pois o reconhecimento do grupo econômico demanda a responsabilidade solidária entre as empresas pertencentes, nos termos do art. 2º, §2º da CLT e não subsidiária como reconhecido pelo juízo a quo.

Do exposto, requer a reforma da sentença para que seja reconhecida a responsabilidade solidária.

III – REQUERIMENTOS FINAIS

Diante do exposto, requer o conhecimento do presente recurso, o acolhimento da da prejudicial de mérito para

Simulados OAB

reforma da sentença para acolher a prescrição quinquenal e, no mérito, o provimento do recurso para fins de reforma da sentença para julgar improcedentes as postulações da recorrida.

Nestes termos,
pede deferimento.
LOCAL e DATA
ADVOGADO
OAB.

Simulados OAB

ITEM AVALIADO	PONTUAÇÃO	COMENTÁRIO EXPLICATIVO AO ALUNO
PEÇA		
Elaboração de um recurso ordinário interposto pela reclamante (0,30), citando os Arts. 895, I ou 893, II CLT OU 6ª Lei 5584/70 com direcionamento do recurso ao juiz de 1º grau (0,30)	0,00/0,30/0,60	Indicação do Juízo competente que proferiu a sentença. Como mencionado pelo examinador o recurso era da reclamante/recorrente.
Dispensa do recolhimento das custas processuais e depósito recursal (0,30), além da remessa das razões recursais ao TRT (0,30)	0,00/0,30/0,60	Necessidade de apresentação dos pressupostos de admissibilidade do recurso, em especial da dispensa do recolhimento do depósito recursal e custas processuais. Bem como a remessa das razões ao TRT
Prescrição - retificação do marco para 21/05/2014 OU 5 anos anteriores ao ajuizamento da ação (0,50). Indicação do Art. 7º, inciso XXIX, CRFB/88, OU do Art. 11, CLT OU da Súmula 308, inciso I, TST (0,10).	0,00/0,50/0,60	De acordo com a proposta o juiz julgou errado a prescrição quinquenal, reconhecendo o marco em prejuízo a ora recorrente, por isso a necessidade da preliminar em sede de recurso ordinário.
Adicional de transferência deve ser na razão de 25% do salário (0,50). Indicação do Art. 469, § 3º, CLT (0,10).	0,00/0,50/0,60	O adicional de transferência é pago no importe de 25% sobre o salário e não no percentual de 20% sobre o salário mínimo. Por isso, a necessidade de reforma.
Aviso prévio, mesmo indenizado, é computado para todos os fins, inclusive anotação de dispensa na CTPS (0,55). Indicação do Art. 487, § 1º, CLT OU OJ 82, TST (0,10).	0,00/0,55/0,65	O aviso prévio, trabalhado ou indenizado, é computado para todos os efeitos no contrato de trabalho. Assim, era necessário abrir o tópico pedindo a retificação da CTPS.
Compete ao empregador comprovar que o empregado não pretendia fazer uso do vale transporte (0,60). Indicação da Súmula 460, TST OU do Art. 373, inciso II, CPC/15 (0,10).	0,00/0,60/0,70	O ônus de provar que o empregado não necessitava do vale transporte é do empregador e o mesmo não se desincumbiu.
Havendo grupo econômico a responsabilidade é solidária (0,55). Indicação do Art. 2º, § 2º, CLT (0,10).	0,00/0,55/0,65	O grupo econômico demanda responsabilidade solidária e não subsidiária como reconhecido.
Encerramento		
requerimento do conhecimento / admissão do recurso (0,30)	0,00/0,30	Pedido essencial de conhecimento e admissão do recurso
provimento do recurso OU reforma da decisão (0,20)	0,00/0,20	Ao final deve ser postulado o provimento do recurso para determinar a reforma da decisão de primeiro grau.
Data, local, advogado(a) e OAB (0,10)	0,00/0,10	

Simulados OAB

PADRÃO DE RESPOSTA – QUESTÃO 01

Enunciado

Juventino Anapolino da Silva trabalhava em uma empresa de cosméticos como motorista, e Marivaldo dos Anjos trabalhava como contínuo, mas era formado em ciências contábeis. Juventino, por descumprimento de legislação e trânsito, perdeu sua habilitação, ocorrendo o mesmo com Marivaldo, tendo em vista estar promovendo eventos dos quais são considerados proibidos pelo seu conselho profissional.

Analisando ambas as situações acima descritas, responda de forma fundamentada:

- a) Juventino pode ser demitido por justa causa? (0,65)
- b) Marivaldo pode ser demitido por justa causa? (0,60)

Obs.: o (a) examinando (a) deve fundamentar as respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

Simulados OAB

Resposta Ideal

- a) Sim, Juventino pode ser demitido por justa causa, eis que exerce a função de motorista, sendo necessária a habilitação para o exercício de suas atividades profissionais na empresa, conforme artigo 482, m da CLT.
- b) Marivaldo, embora seja formado em ciências contábeis, não exerce a função equivalente a sua formação na empresa empregadora, eis que é contínuo, motivo pelo qual, não será demitido por justa causa.

Distribuição dos Pontos

ITEM	PONTUAÇÃO
a) Sim, Juventino pode ser demitido por justa causa, eis que exerce a função de motorista, sendo necessária a habilitação para o exercício de suas atividades profissionais na empresa, (0,55) conforme artigo 482, m da CLT. (0,10)	0,00/0,55/0,65
b) Marivaldo, embora seja formado em ciências contábeis, não exerce a função equivalente a sua formação na empresa empregadora, eis que é contínuo, (0,50) motivo pelo qual, não será demitido por justa causa. (0,10)	0,00/0,50/0,60

Simulados OAB

PADRÃO DE RESPOSTA – QUESTÃO 02

Enunciado

Elton é um policial militar que, nos dias de folga do serviço em sua corporação, presta serviços de escolta armada a uma empresa de segurança de forma pessoal, habitual, onerosa e com subordinação.

Pela análise da situação hipotética acima descrita, responda de forma fundamentada?

- a) O fato de Elton na sua condição de policial militar inviabiliza a existência de vínculo empregatício com a empresa privada de segurança? (0,60)
- b) Os períodos em que Elton está se alimentando, ou está no transporte indo ao trabalho e voltando, ou ainda em momento de higiene pessoal são considerados tempo à disposição? (0,65)

Obs.: o (a) examinando (a) deve fundamentar as respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

Simulados OAB

Resposta Ideal

a) Não, uma vez que preenchidos os requisitos caracterizadores da relação de emprego previstos no art. 3º da CLT, é legítimo o reconhecimento de relação de emprego entre policial militar e empresa privada, independentemente do eventual cabimento de penalidade disciplinar prevista no Estatuto do Policial Militar. É o teor da Súmula nº 386 do TST.

b) Não serão considerados como tempo a disposição, tendo em vista o que dispõe o artigo 4º, 2º da CLT.

Distribuição dos Pontos

PONTUAÇÃO	
ITEM	
a) Não, uma vez que preenchidos os requisitos caracterizadores da relação de emprego previstos no art. 3º da CLT, é legítimo o reconhecimento de relação de emprego entre policial militar e empresa privada, independentemente do eventual cabimento de penalidade disciplinar prevista no Estatuto do Policial Militar. (0,55) É o teor da Súmula nº 386 do TST. (0,10)	0,00/0,55/0,65
b) Não serão considerados como tempo a disposição, (0,50) tendo em vista o que dispõe o artigo 4º, § 2º da CLT. (0,10)	0,00/0,50/0,60

Simulados OAB

PADRÃO DE RESPOSTA – QUESTÃO 03

Enunciado

A empresa Minerva LTDA., em sede de execução trabalhista nomeou bens passíveis a penhora de difícil alienação e insuficientes para satisfação do crédito executado.

Diante dos fatos narrados, responda aos itens a seguir de forma fundamentada:

- a) É possível o juiz ordenar a penhora de percentual de faturamento da empresa executada? (0,60)
- b) Caso a reclamação trabalhista não requeira a incidência de correção monetária e juros de mora em eventual condenação trabalhista, essas rubricas poderão ser incluídas na liquidação da respectiva sentença? (0,65)

Obs.: o (a) examinando (a) deve fundamentar as respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

Simulados OAB

Resposta Ideal

- a) Sim, é possível a penhora sobre a renda mensal ou faturamento da empresa, limitada a percentual, que não comprometa o desenvolvimento regular de suas atividades, nos termos da OJ nº 93 da SDI-II do TST.
- b) Sim, os juros de mora e a correção monetária incluem-se na liquidação, ainda que omissa o pedido inicial ou condenação, nos termos da Súmula nº 211 do TST.

Distribuição dos Pontos

PONTUAÇÃO	
a) Sim, é possível a penhora sobre a renda mensal ou faturamento da empresa, limitada a percentual, que não comprometa o desenvolvimento regular de suas atividades, (0,50) nos termos da OJ nº 93 da SDI-II do TST OU Art. 835, X, CPC OU Art. 866, CPC. (0,10)	0,00/0,50/0,60
b) Sim, os juros de mora e a correção monetária incluem-se na liquidação, ainda que omissa o pedido inicial ou condenação, (0,55) nos termos da Súmula nº 211 do TST. (0,10)	0,00/0,55/0,65

Simulados OAB

PADRÃO DE RESPOSTA – QUESTÃO 04

Enunciado

O recurso de revista será analisado se oferecer transcendência com relação aos reflexos gerais de natureza econômica, política, social ou jurídica. Tânia, advogada trabalhista está com dúvidas quanto aos pressupostos específicos de admissibilidade do recurso.

Diante dos fatos narrados, responda aos itens a seguir de forma fundamentada:

- a) O presidente do TRT poderá realizar a análise da existência da transcendência no juízo de admissibilidade? (0,65)
- b) Da decisão monocrática do relator que denegar seguimento ao recurso de revista por ausência de transcendência será cabível a interposição de recurso? (0,60)

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar as respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

Simulados OAB

Resposta Ideal

- a) Não, a análise da existência ou não da transcendência é exclusiva do TST, vedando sua verificação pelo presidente do TRT, nos termos do art. 896-A, § 6º da CLT.
- b) Sim, da decisão monocática do relator que denegar seguimento ao recurso de revista que não demonstrar transcendência, caberá agravo ao colegiado, nos termos do art. 896-A, §2º, da CLT.

Distribuição dos Pontos

ITEM	PONTUAÇÃO
a) Não, a análise da existência ou não da transcendência é exclusiva do TST, vedando sua verificação pelo presidente do TRT, (0,55) nos termos do art. 896-A, § 6º da CLT. (0,10)	0,00/0,55/0,65
b) Sim, da decisão monocática do relator que denegar seguimento ao recurso de revista que não demonstrar transcendência, caberá agravo ao colegiado, (0,50) nos termos do art. 896-A, §2º, da CLT. (0,10)	0,00/0,50/0,60

SIMULADO OAB

2ª Fase

Direito Tributário

O Estado W, em razão da calamidade pública imposta pelo Coronavírus (Covid-19), instituiu, por meio da Lei Ordinária nº 9876, publicada em 01 de abril de 2020, empréstimo compulsório. O fato gerador do tributo é a propriedade de imóveis rurais e somente será devido de abril a novembro de 2020.

Tinky-Winky da Silva, proprietário de imóvel rural situado no Estado W, após receber a notificação do lançamento do crédito tributário referente ao empréstimo compulsório do mês de abril de 2020, que venceria no dia 20, realiza o pagamento.

No final de abril, ao ouvir em uma roda de amigos acerca da possibilidade desse tributo ser indevido, Tinky-Winky decide procurá-lo(a) com o objetivo de obter a restituição dos valores pagos indevidamente e obstar as cobranças futuras.

Como advogado(a) de Tinky-Winky, redija a medida judicial adequada para reaver em espécie (e não por meio de compensação) os pagamentos efetuados. (Valor: 5,00)

Justificativa para resposta:

A demanda cabível é a Ação Declaratória cumulada com a Repetição de Indébito, uma vez que se pretende a restituição do empréstimo compulsório pago indevidamente e prevenir futuros lançamentos. Nesse sentido, não é cabível a ação anulatória, haja vista que não há lançamento em aberto a ser anulado.

A petição inicial deverá ser endereçada à Vara da Fazenda Pública ou Cível da Comarca... do Estado W, uma vez que o tributo foi instituído por lei estadual.

O autor da ação é Tinky-Winky e o réu é o Estado W.

No mérito, o examinando deverá indicar a incompetência do Estado W para instituir o tributo, uma vez que é de competência exclusiva da União a criação do empréstimo compulsório, com fulcro no art. 148, I, da CRFB/88.

Além disso, o examinando deverá demonstrar que o empréstimo compulsório é inconstitucional, uma vez que este tributo deve ser instituído por lei complementar, conforme o Art. 148, caput, da CRFB/88, e não por lei ordinária como na hipótese do enunciado.

Por fim, deve o examinando requerer a procedência do pedido para que os valores pagos indevidamente lhe sejam restituídos e para que as próximas cobranças sejam declaradas indevidas.

ITEM AVALIADO

PONTUAÇÃO

**COMENTÁRIO EXPLICATIVO AO
ALUNO**

<p>A peça adequada nesta situação é Ação de Restituição OU Repetição de Indébito cumulada com Ação Declaratória de Inexistência de Relação Jurídica Tributária.</p>	<p>A pontuação será atribuída no campo “identificação da peça”</p>	<p>O art. 148 da CF prevê que compete a União, por meio de Lei Complementar, instituir o Empréstimo Compulsório. Assim, diante no caso apresentado, a instituição e cobrança são inconstitucionais, fazendo jus o contribuinte a devolução do dinheiro pago. Além disso, é preciso prevenir futuros lançamentos que, conforme a narrativa da peça, certamente virão.</p> <p>Logo, o ação cabível é a de Restituição de indébito, com fulcro no art. 165, I, do CTN, cumulada com a Declaratória de Inexistência de Relação Jurídica Tributária.</p>
<p>1. Endereçamento</p>		
<p>Endereçamento ao Juiz de Direito OU juízo da ... Vara da Fazenda Pública OU Vara Cível da Comarca de ... (0,1)</p>	<p>0,0/0,1</p>	<p>A competência é da justiça estadual, uma vez que não se enquadra nas situações previstas no art. 109 da CF. Dessa forma, deve-se considerar o endereçamento para o juiz de direito ou juízo da vara cível ou da fazenda pública.</p>
<p>2. Qualificação das partes</p>		
<p>Qualificação completa das partes: Autor: Tinky-Winky da Silva (0,1) e Réu: Estado W (0,1)</p>	<p>0,0/0,1/0,2</p>	<p>A petição inicial dirigida ao juízo de primeiro grau, a qual conterà os nomes e a qualificação das partes, conforme art. 319, II do CPC.</p>
<p>3. Cabimento</p>		
<p>Fundamentação legal: art. 19, I do CPC (0,2) e art. 165, I, do CTN (0,1)</p>	<p>0,0/0,2/0,3</p>	<p>A fundamentação legal do cabimento da ação deve mencionar o art. 19, I do CPC em relação à Ação Declaratória e o art. 165, I do CTN em relação à Ação de Restituição de Indébito.</p> <p>Importante a especificação dos incisos.</p>

		Também aceitar a nomenclatura Repetição de Indébito.
4. Tempestividade		
Tempestividade da ação de repetição de indébito (0,2), conforme o Art. 168, I, do CTN (0,1)	0,0/0,1/0,2/0,3	Deve-se mencionar a tempestividade em relação à Ação de Restituição com fundamento no art. 168, I do CTN, prazo de cinco anos contados da data da extinção do crédito tributário.
5. Tutela Provisória		
Fundamentação legal: requisitos para a concessão da tutela provisória de urgência: probabilidade do direito (0,1) e perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo (0,1), art. 300 do CPC (0,1) e consequente suspensão da exigibilidade do crédito (0,1), art. 151, V do CTN (0,1)	0,0/0,1/0,2/0,3/0,4/0,5	Tendo em vista a informação de que novas cobranças ocorrerão, faz-se necessário requerer a suspensão da exigibilidade do crédito tributário por meio da tutela provisória.
6. Fatos		
Descrição dos fatos com as próprias palavras. (0,2)	0,0/0,2	A descrição dos fatos é requisito da inicial, conforme o art. 319, III do CPC.
7. Fundamentação 1		
Inconstitucionalidade do empréstimo compulsório, uma vez que este tributo deve ser instituído por lei complementar, e não por lei ordinária (0,5), conforme o art. 148, <i>caput</i> , da CRFB/88 (0,1)	0,0/0,1/0,5/0,6	Deve-se pontuar a menção ao art. 148 da CF ou art. 148, <i>caput</i> , da CF.
7. Fundamento 2		
Inconstitucionalidade em razão da incompetência do Estado W		Deve-se pontuar a menção ao art. 148 da CF ou art. 148, <i>caput</i> , da CF.

em insituir o empréstimo compulsório, tendo em vista ser de atribuição exclusiva da União (0,5), com base no art. 148 da CF. (0,1)	0,0/0,1/0,5/0,6	
8. Pedidos		
8.1 Concessão da tutela provisória, uma vez que presentes os requisitos do art. 300 do CPC (0,2), a fim de suspender a exigibilidade do crédito tributário, art. 151, V do CTN (0,2).	0,0/0,2/0,4	O aluno deve mencionar a presença dos requisitos do art. 300 do CPC, quais sejam: a probabilidade do direito e o perigo de dano ou resultado útil ao processo, para concessão da tutela provisória, bem como requerer a suspensão do crédito, conforme o art. 151, V do CTN.
8.2 Procedência do pedido para condenar o Estado W à restituição dos valores pagos a título de empréstimo compulsório (0,3) com a incidência de juros e correção monetária, na forma do art. 167, parágrafo único, do CTN (0,1), Súmula 188 do STJ (0,1) e Súmula 162 do STJ (0,1).	0,0/0,1/0,2/0,3/0,4/ 0,5/0,6	
8.3 Procedência do pedido para declarar a Lei Ordinária nº 9876 inconstitucional OU declarar a inexistência de relação jurídica tributária e, conseqüentemente, inibir futuros lançamentos (0,3), em decorrência da previsão do art. 148 da CF (0,1).	0,0/0,1/0,3/0,4	
Condenação ao ressarcimento de custas e pagamento de	0,0/0,2	Art. 85, § 3º, do CPC

honorários advocatícios, nos termos do art. 85, § 3º, do CPC (0,2)		
Comprovação do recolhimento indevido OU indicação das provas a serem produzidas (0,1), conforme o art. 319, VI do CPC (0,1)	0,0/0,1/0,2	Art. 319, VI do CPC
Opção pela não realização de audiência de conciliação ou de mediação (0,1), nos termos do art. 319, VII do CPC OU nos termos do Art. 334, §4º, II do CPC (0,1)	0,0/0,1/0,2	art. 319, VII do CPC
Valor da Causa (0,1)	0,0/0,1	art. 319, V do CPC
9. Fechamento		
Local e Data, nome do advogado, OAB (0,1)	0,0/0,1	O fechamento da peça com a menção ao local e data, nome do advogado e OAB é essencial.

SIMULADO OAB

2ª Fase

Direito Administrativo

PADRÃO DE RESPOSTA – PEÇA PROFISSIONAL

Enunciado

Desde sua criação, a Universidade Pública do Estado X encontra-se impossibilitada de promover cargos de professores a cidadãos estrangeiros. Yonara, chilena, professora, que veio ao Brasil ministrar algumas palestras como convidada na referida Universidade, após conhecer as possibilidades de pesquisas que poderiam ser desenvolvidas no país, interessou-se em permanecer definitivamente no Brasil.

Ciente de sua excelente capacitação profissional, ao solicitar seu ingresso no quadro de professores é informada que existe, no estado, a Lei Y, que dispõe somente ser possível a contratação de professores estrangeiros por empresas do setor privado. A Universidade Pública ressalta ainda, que se a referida lei não existisse, incentivaria tal intercâmbio de conhecimento.

O caso veio a público após Yonara impetrar mandado de segurança, a fim de ter seu direito assegurado. Contudo, o pleito foi julgado improcedente, afirmando a sentença a validade da Lei Estadual que restringe a possibilidade de contratação de professores estrangeiros apenas às empresas privadas, reiterando a proibição de prover estrangeiros em cargos públicos.

Inconformada, Yonara interpõe recurso de apelação, ao qual também se negou provimento, por unanimidade, pelos mesmos fundamentos levantados na sentença.

Dez dias após a publicação da decisão que rejeitou os seus embargos declaratórios, Yonara procura você, advogado (a), para assumir a causa e ajuizar a medida adequada.

Obs.: a peça deve abranger os fundamentos de Direito que possam ser utilizados para dar respaldo à pretensão. A simples menção ou transcrição de dispositivo legal não confere pontuação.

Resposta Ideal

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO X

(10 linhas)

Yonara, chilena, estado civil, professora, RG nº, CPF nº, endereço eletrônico, residente e domiciliada na Rua..., nos autos no Processo nº, em que litiga com o Estado X, já previamente qualificado, através de seu Advogado (a) infrafirmado, com procuração anexa, endereço profissional na Rua..., interpor RECURSO EXTRAORDINÁRIO, em face do Acórdão proferido nos autos, requerendo seu recebimento e remessa ao STF.

Nesses termos, pede deferimento.

Estado X, Data.

Advogado

OAB nº ...

(Quebra de Página)

EGRÉGIO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

—
—

Recorrente: Yonara

Recorrido: Estado X

DAS RAZÕES DO RECURSO

DO CABIMENTO

É cabível o presente Recurso Extraordinário, com fulcro no art. 102, III, “a” e “d”, da CF c/c art. 1.029 do CPC, por se tratar de acórdão que viola a Constituição Federal e Lei Federal.

DO PREQUESTIONAMENTO E DA REPERCUSSÃO GERAL

A matéria ora discutida já foi arguida e decidida pelo juízo a quo, restando, portanto, prequestionada.

Trata-se de decisão judicial que entende válida lei local contestada em face de lei federal, sendo um conflito federativo, resta claro o interesse de toda a sociedade e consequentemente sua repercussão geral, em observância ao disposto nos artigos 102, §3º da CF e 1.035 do CPC.

DOS FATOS

Yonara é professora, de nacionalidade chilena, e após ministrar algumas palestras para a Universidade Pública do Estado X despertou interesse em fazer parte dos quadros de professores da referida instituição.

Não obstante, foi informada pela Universidade da existência de uma determinada lei estadual que impossibilita a contratação de estrangeiros em cargos públicos. Inconformada com a existência da lei local, Yonara impetra mandado de segurança para ter seu direito assegurado.

No entanto, seu pleito judicial foi julgado improcedente, fazendo com que esta interpusse ainda apelação contra tal decisão, cuja decisão fora igualmente improcedente, restando apenas à Yonara recorrer pelas vias extraordinárias, posto que as supracitadas decisões violaram lei federal e a própria Constituição Federal.

DO MÉRITO

Inicialmente, o art. 37, inciso I, da CF prevê que os cargos, empregos e funções públicas serão acessíveis aos estrangeiros na forma da lei. Vejamos:

“Art. 37, I, CF: os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei”.

Com efeito, o dispositivo constitucional regulamenta a possibilidade, de acordo com o disposto na lei, do preenchimento de cargos públicos por cidadãos de origem estrangeira.

Ademais, a Lei que dispõe acerca dos Servidores Públicos Federais, a 8.112/90, em seu art. 5º, §3º, dispõe que as Universidades e instituições de pesquisa científica e tecnológica poderão prover seus cargos com professores, técnicos e cientistas estrangeiros.

Na situação em epígrafe, a recorrente, que é cidadã estrangeira, restou impedida de possivelmente ingressar no cargo de professora da Universidade Pública do Estado X, devido à lei local que impossibilita tal provimento em direta violação à lei federal, razão pela qual a decisão recorrida merece reforma.

DOS PEDIDOS

Pelo exposto, requer:

1) Que seja o presente Recurso Extraordinário recebido e provido, determinando-se a reforma da decisão, para que seja proferida nova decisão, reconhecendo a possibilidade da recorrente, estrangeira, prover no cargo de professora da Universidade Pública do Estado X;

2) A juntada da Comprovação do Preparo;

3) A condenação do Recorrido ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios.

Nesses termos, pede deferimento.

Estado X, Data.

Advogado

OAB nº ...

ITEM AVALIADO	PONTUAÇÃO	COMENTÁRIO EXPLICATIVO AO ALUNO
A peça adequada nesta situação é o Recurso Extraordinário.		É cabível Recurso Extraordinário quando a decisão recorrida contrariar dispositivo da Constituição Federal ou julgar válida lei local contestada em face da CF/88.
Endereçamento		
1.1) Excelentíssimo Senhor Doutor Desembargador do Tribunal de Justiça Do Estado X (0,25); 1.2) Egrégio Supremo Tribunal Federal (0,25).	0,00/0,25/0,50	O aluno deveria endereçar a peça primeiramente para o Desembargador que proferiu a decisão recorrida, para que este receba o recurso e o remeta ao Tribunal Superior; por conseguinte, para o STF, que é a corte competente para julgar os Recursos Extraordinários, na forma do art. 102 da CF.

2) Qualificação das Partes: Yonara (0,25) e Estado X (0,25).	0,00/0,25/0,50	Nesse ponto, o aluno deveria apresentar a devida qualificação da recorrente e do recorrido.
3) Cabimento do Recurso Extraordinário, conforme previsto no art. 102, III, “a” (0,25) e “d”, da CF/88 c/c art. 1.029 do CPC (0,25).	0,00/0,25/0,50	Nesse tópico o aluno deveria apresentar quais as hipótese de cabimento do Recurso Extraordinário conforme previsto no art. 102, III, “a” e “d”, da CF/88 c/c art. 1.029 do CPC.
4) Repercussão Geral (0,25).	0,00/0,25	Nesse tópico o aluno deveria demonstrar a repercussão geral da matéria discutida, que é um dos requisitos de admissibilidade do recurso extraordinário, de acordo com o art. 102, 3º, CF/88.
5) Prequestionamento (0,25).	0,00/0,25	O aluno deveria demonstrar a existência do prequestionamento da matéria objeto do recurso, que é o ato desta ter sido anteriormente questionada nas instâncias ordinárias, sob pena do mesmo não ser conhecido ou não haver análise do mérito.
Fundamentação		
6) A Fundamentação consiste em explicar que a Constituição Federal possibilita que, nos termos de lei específica, estrangeiros ocupem cargo, emprego ou funções públicas (0,90), de acordo com o art. 37, I, da CF (0,25).	0,00/0,90/1,15	No que tange à fundamentação, o aluno deveria afirmar que existe sim a possibilidade do preenchimento de cargos públicos por cidadãos de origem estrangeira, como no caso da recorrente. Além disso, para obter a pontuação integral, o aluno deveria ter fundamentado no art. 37, I, da CF/88.
7) A Fundamentação complementar poderá ser encontrada no art. 5º, §3º da Lei 8.112/90 (0,20), que dispõe sobre a possibilidade das Universidades Federais prover seus cargos com professores, técnicos e cientistas estrangeiros (0,90).	0,00/0,90/1,10	O aluno deveria também fundamentar o recurso com o dispositivo da Lei Federal 8.112, que em seu art. 5, §3º, dispõe sobre a possibilidade as Universidades Federais proverem seus cargos com professores, técnicos e cientistas estrangeiros.
Pedidos		
8) O Provimento ao recurso, para reformar a decisão recorrida (0,25).	0,00/0,25	O aluno deveria requerer que o Recurso Extraordinário seja recebido e provido, para que haja a reforma da decisão, e que seja proferida uma nova decisão, reconhecendo o direito da recorrente.
9) A Comprovação do Preparo (0,25).	0,00/0,25	O Preparo é o pagamento das despesas relacionadas ao processamento do recurso, está previsto do art. 1.007 do CPC.
10) Requerer que o recorrido pague as custas processuais e os honorários advocatícios (0,25).	0,00/0,25	O Aluno deveria pleitear que o recorrido arque com as custas processuais e os honorários advocatícios.

PADRÃO DE RESPOSTA – QUESTÃO 01

Enunciado

Rubens, ocupante de cargo em comissão em determinada autarquia federal, foi exonerado desse cargo a pedido. Eventualmente, foram realizadas graves denúncias de improbidade administrativa por ele praticadas durante o desempenho de suas funções. Entretanto, essas denúncias foram arquivadas pela autoridade competente, sob o argumento de que a aplicação da devida penalidade não surtiria mais efeitos na esfera administrativa, visto que Rubens não poderia ser mais destituído do cargo público.

Na qualidade de advogado(a) consultado, responda fundamentadamente aos questionamentos a seguir.

- a) Agiu corretamente a autoridade competente ao arquivar as denúncias contra Rubens? Explique. (Valor: 0,75)
- b) Qual o prazo para a abertura da Ação Disciplinar contra o ex-servidor? (Valor: 0,50)

Obs.: o (a) examinando (a) deve fundamentar suas respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

Resposta Ideal

- A) A resposta é negativa. De acordo com o art. 135, da Lei 8.112/90, a destituição de cargo em comissão exercido por não ocupante de cargo efetivo será aplicada nos casos de infração sujeita às penalidades de suspensão e de demissão. Ocorre que, mesmo após exonerado, a penalidade pode resultar efeitos na esfera administrativa. No caso em comento, e na forma do art. 132, IV, da Lei 8.112/90, a pena a ser aplicada é a de demissão, pela prática de ato de improbidade administrativa, hipótese em que a penalidade ainda implica em significativas consequências, como a indisponibilidade de bens, ressarcimento ao erário, incompatibilidade com o serviço público federal, entre outros, conforme os arts. 136 e 137 da referida lei.
- B) O prazo prescricional de apuração das infrações puníveis com demissão ocorrerá em 5 anos, contados da data de conhecimento dos fatos, de acordo com o art. 142, da Lei 8.112/90.

Distribuição dos Pontos

ITEM	PONTUAÇÃO	COMENTÁRIO EXPLICATIVO AO ALUNO
A. Não. A destituição de cargo em comissão exercido por não ocupante de cargo efetivo será aplicada nos casos de infração sujeita às penalidades de suspensão e de demissão (0,25), de acordo com o art. 135, da Lei 8.112/90 (0,10). A pena a ser aplicada é a de demissão, pela prática de ato de improbidade administrativa, hipótese em que a penalidade ainda implica em algumas consequências administrativas (0,30), de acordo com os arts. 132, IV, 136 e 137 da Lei 8.112/90 (0,10).	0,00/0,25/0,30/0,35/0,40/0,55/0,65/0,75	Inicialmente, o aluno deveria afirmar que a destituição de cargo em comissão exercido por não ocupante de cargo efetivo será aplicada nos casos de infração sujeita às penalidades de suspensão e de demissão, de acordo com o art. 135, da Lei 8.112/90. Além disso, o aluno deveria explicar que a pena a ser aplicada, no caso concreto, é a de demissão, pela prática de ato de improbidade administrativa, hipótese em que a penalidade ainda implica em algumas consequências administrativas, de acordo com os arts. 132, IV, 136 e 137 da Lei 8.112/90
B. O prazo prescricional de apuração das infrações puníveis com demissão ocorrerá em 5 anos (0,20), contados da data de conhecimento dos fatos (0,20), de acordo com o art. 142, da Lei 8.112/90 (0,10).	0,00/0,20/0,40/0,50	O aluno deveria explicar que o prazo prescricional é de 5 anos, e que este começa a ser contado a partir da data do conhecimento dos fatos. Para obter a pontuação integral, o aluno deveria fundamentar com o art. 142, da Lei 8.112/90.

PADRÃO DE RESPOSTA – QUESTÃO 02

Enunciado

A Empresa Y, que fornece produtos manufaturados, pretende participar de um processo licitatório junto a Administração Pública, mas está com dúvidas quanto às previsões legais sobre o procedimento.

Você foi procurado (a) pela a referida empresa como advogado (a). Sendo assim, responda as questões abaixo.

- a) No caso acima descrito, existe alguma possibilidade da Administração Pública conferir margem de preferência para a Empresa Y, visto que a lei assegura a preservação do caráter competitivo da licitação? (Valor: 0,75)
- b) Com a intenção de fomentar a pesquisa e o desenvolvimento de novas tecnologias no Brasil, a legislação pode ultrapassar o montante de 25% sobre o preço dos produtos? (Valor: 0,50)

Obs.: o (a) examinando (a) deve fundamentar suas respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação

Resposta Ideal

- a) A resposta é positiva. Com base no § 5º, do art. 3º, da Lei n. 8.666/93, existe a possibilidade de ser previamente estipulado, pela Administração Pública, a margem de preferência, visto que a Empresa Y fornece produtos manufaturados. Além dessa hipótese, a Administração também pode estabelecer margem de preferência para serviços nacionais que obedeçam às normas técnicas brasileiras, assim como para bens e serviços produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.
- b) A resposta é negativa. Conforme § 8º, do art. 3º, da Lei n. 8.666/93, havendo incidência de preferência adicional, a soma das preferências não pode ultrapassar o percentual de 25% previsto na legislação, sendo que essas margens são definidas pelo Poder Executivo Federal.

Distribuição dos Pontos

ITEM	PONTUAÇÃO	COMENTÁRIO EXPLICATIVO AO ALUNO
A. Sim. Conforme o art. 3º, §5º, da Lei 8.666/93 (0,10), existe a possibilidade de preferência, visto que a Empresa Y fornece produtos manufaturados (0,40). Ademais, a Administração também pode estabelecer margem de preferência para serviços nacionais que obedeçam às normas técnicas brasileiras, assim como para bens e serviços produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação (0,25).	0,00/0,40/0,65/0,75	Na sua resposta, para obter pontuação integral, o aluno deveria fundamentar no art. 3º, §5º, da Lei 8.666/93, além disso deveria afirmar que existe a possibilidade do estabelecimento de preferência, visto que a Empresa Y fornece produtos manufaturados. Além disso, deveria esclarecer que a Administração também pode estabelecer margem de preferência para serviços nacionais que obedeçam às normas técnicas brasileiras, assim como para bens e serviços produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.
B. Não. Com base no art. 3º, §8º, da Lei 8.666/93 (0,10), a soma das preferências não pode ultrapassar o percentual de 25% previsto na legislação (0,40).	0,00/0,40/0,50	O aluno deveria explicar que a soma das preferências não pode ultrapassar o percentual de 25% previsto na legislação. Para obter a pontuação integral, o aluno deveria fundamentar no art. 3º, §8º, da Lei 8.666/93.

PADRÃO DE RESPOSTA – QUESTÃO 03**Enunciado**

Com base na legislação pátria, a aplicação de quaisquer sanções administrativas deve respeitar o devido processo legal, bem como as garantias do contraditório e da ampla defesa, consoante art. 5º, LIV e LV da Constituição Federal, sendo que a Lei n. 12.846/13 define um procedimento a ser seguido pela Administração Pública, para aplicação das penalidades previstas nesta lei às pessoas jurídicas que praticam atos lesivos à Administração Pública.

A respeito do tema abordado, responda os questionamentos a seguir:

- a) Conforme a Lei 12.846/13, a autoridade pode celebrar acordo de leniência com a pessoa jurídica? (Valor 0,65)
- b) Se o acordo de leniência for celebrado, haverá algum benefício de isenção à pessoa jurídica? (Valor 0,60)

Obs.: o (a) examinando (a) deve fundamentar suas respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

Resposta Ideal

- a) A resposta é positiva. Conforme o art. 16, da Lei 12.846/13, a autoridade máxima de cada órgão ou entidade pública poderá celebrar acordo de leniência com as pessoas jurídicas responsáveis pela prática dos atos contra a Administração, devendo, para tanto, colaborar efetivamente com as investigações e o processo administrativo, identificando os demais responsáveis envolvidos na infração, quando couber, e também a obtenção célere de informações e documentos que comprovem o ilícito sob apuração. Ainda, a pessoa jurídica deve ser a primeira a se manifestar sobre seu interesse em cooperar para a apuração do ato ilícito, cessar completamente seu envolvimento na infração investigada a partir da data da propositura do acordo, devendo admitir a sua participação no ilícito e cooperar com as investigações e processo administrativo, comparecendo, sob suas expensas, sempre que solicitada, a todos os atos processuais, até seu encerramento.
- b) A resposta é positiva. Uma vez celebrado o acordo de leniência, de acordo com o art. 16, § 2º, da Lei 12.846/13, a pessoa jurídica beneficiada fica isenta de sanção de publicação extraordinária da decisão condenatória e das sanções restritivas ao direito de licitar e contratar previstas na Lei n. 8.666/93, reduzindo em até 2/3 o valor da multa aplicável.

Distribuição dos Pontos

ITEM	PONTUAÇÃO	COMENTÁRIO EXPLICATIVO AO ALUNO
A. Sim. Com base no art. 16, da Lei 12.846 (0,10), pode ser celebrado o acordo, devendo, para tanto, colaborar efetivamente com as investigações e o processo administrativo, identificando os demais responsáveis envolvidos na infração, quando couber, e também a obtenção célere de informações e documentos que comprovem o ilícito sob apuração. Ainda, a pessoa jurídica deve ser a primeira a se manifestar sobre seu interesse em cooperar para a apuração do ato ilícito, cessar completamente seu envolvimento na infração investigada a partir da data da propositura do acordo, devendo admitir a sua participação no ilícito e cooperar com as investigações e processo administrativo, comparecendo, sob suas expensas, sempre que solicitada, a todos os atos processuais, até seu encerramento (0,55).	0,00/0,55/0,65	Nessa resposta, o aluno deveria ter fundamentado com base no art. 16, da Lei 12.846, no sentido de que pode ser celebrado o acordo, devendo, para tanto, colaborar efetivamente com as investigações e o processo administrativo, identificando os demais responsáveis envolvidos na infração, quando couber, e também a obtenção célere de informações e documentos que comprovem o ilícito sob apuração. Ainda, a pessoa jurídica deve ser a primeira a se manifestar sobre seu interesse em cooperar para a apuração do ato ilícito, cessar completamente seu envolvimento na infração investigada a partir da data da propositura do acordo, devendo admitir a sua participação no ilícito e cooperar com as investigações e processo administrativo, comparecendo, sob suas expensas, sempre que solicitada, a todos os atos processuais, até seu encerramento.
B. Sim. Com base no art. 16, §2º, da Lei 12.846 (0,10), a pessoa jurídica beneficiada fica isenta de sanção de publicação extraordinária da decisão condenatória e das sanções restritivas ao direito de licitar e contratar previstas na Lei n. 8.666/93,	0,00/0,40/0,50	Nessa resposta, o aluno deveria ter fundamentado com base no §2º, do art. 16, da Lei 12.846, no sentido de que a pessoa jurídica beneficiada fica isenta de sanção de publicação extraordinária da decisão

Simulados OAB

reduzindo em até 2/3 o valor da multa aplicável (0,40).		condenatória e das sanções restritivas ao direito de licitar e contratar previstas na Lei n. 8.666/93, reduzindo em até 2/3 o valor da multa aplicável
---------------------------------------------------------	--	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

PADRÃO DE RESPOSTA – QUESTÃO 04**Enunciado**

Considere a criação da empresa Pública X, cuja finalidade foi a exploração de determinadas atividades econômicas. Noutro giro, considere que Gustavo é membro do Conselho de Administração da Empresa Pública X, sendo submetido às normas previstas na Lei n. 6.404/76, e Bruna é administradora da referida Empresa Pública.

Sobre a hipótese apresentada, responda, fundamentadamente, os itens a seguir.

- a) É possível, em alguma hipótese, a criação de Empresa Pública para a exploração de atividades econômicas? (Valor: 0,65)
- b) É possível que Bruna, como administradora da Empresa Pública X se submeta às normas previstas na Lei n. 6.404/76? (Valor: 0,30)
- c) Gustavo como Membro do Conselho de Administração da Empresa Pública X é considerado administrador? (Valor 0,30)

Obs.: o (a) examinando (a) deve fundamentar suas respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

Resposta Ideal

- a) Sim. As empresas estatais podem ser criadas com a finalidade de prestar serviços públicos mediante delegação do ente estatal, ou para exploração de determinadas atividades econômicas de interesse da sociedade. Assim, com base no art. 173, da CF, c/c o art. 2º, §1º, da Lei 13.303/16, é importante salientar que, ainda que sejam criadas para fins de exploração de atividades econômicas, a finalidade destas empresas estatais deve ser o interesse público ou visando à segurança nacional, não sendo possível a criação de entidade com a finalidade de obtenção de lucro. Com efeito, é possível que o lucro seja consequência de uma determinada atividade, mas não pode ser o mote de criação da entidade nem pode condicionar seus atos.
- b) Sim. O art. 16, da Lei 13.303/16, preconiza que, sem prejuízo do disposto nesta Lei, o administrador de empresa pública é submetido às normas previstas na Lei n. 6.404/76.
- c) Sim. O parágrafo único, do art. 16, da Lei 13.303/16, define que são considerados administradores da empresa pública os membros do Conselho de Administração.

Distribuição dos Pontos

ITEM	PONTUAÇÃO	COMENTÁRIO EXPLICATIVO AO ALUNO
Sim. Com base no art. 173, da CF OU no o art. 2º, §1º, da Lei 13.303/16 (0,10), é possível a criação para fins de exploração de atividades econômicas, desde que a finalidade da empresa pública seja o interesse público ou visando à segurança nacional (0,30). Não é possível a criação de empresa pública com a finalidade de obtenção de lucro. Apenas sendo admitido o lucro como consequência da atividade exercida (0,25),	0,00/0,25/0,30/0,55/0,65	Para obter pontuação integral o aluno deveria fundamentar no art. 173, da CF OU no o art. 2º, §1º, da Lei 13.303/16. Nesse sentido, deveria informar que é possível a criação para fins de exploração de atividades econômicas, desde que a finalidade da empresa pública seja o interesse público ou visando à segurança nacional. Ademais, deveria complementar a resposta, afirmando que não é possível a criação de empresa pública com a finalidade de obtenção de lucro. Apenas sendo admitido o lucro como consequência da atividade exercida
Citação do art. 16, <i>caput</i> , da Lei 13.303/16 (0,10), preconiza que, sem prejuízo do disposto nesta Lei, o administrador de empresa pública é submetido às normas previstas na Lei n. 6.404/76 (0,20).	0,00/0,20/0,30	Nessa resposta, o aluno deveria afirmar que sem prejuízo do disposto na Lei 13.303, o administrador de empresa pública é submetido às normas previstas na Lei n. 6.404/76. Para obter pontuação integral, o aluno deveria fundamentar com o art. 16, <i>caput</i> , da Lei 13.303.
Citação do parágrafo único, do art. 16, da Lei 13.303/16 (0,10), define que são considerados administradores da empresa pública os membros do Conselho de Administração (0,20).	0,00/0,20/0,30	Para obter pontuação integral, o aluno deveria fundamentar no parágrafo único, do art. 16, da Lei 13.303, o qual preconiza que são considerados administradores da empresa pública os membros do Conselho de Administração

SIMULADO OAB

2ª Fase

Direito Civil

Simulados OAB

PADRÃO DE RESPOSTA – PEÇA PROFISSIONAL

Enunciado

Tramita no Tribunal de Justiça do Estado da Bahia o agravo de instrumento com pedido de tutela recursal visando a obter efeito suspensivo, recurso este que recebeu o nº 02472257.05.805.2020.0001 e no qual se deferiu o pedido recursal de gratuidade da Justiça formulado pela recorrente Beatriz Carvalho, encontrando-se sob a relatoria da Desembargadora Ana Cristina. O recurso foi interposto por Beatriz Carvalho em face de decisão antecipatória dos efeitos da tutela jurisdicional contra si proferida, oriunda da 1ª Vara de Família da comarca de Salvador nos autos de uma ação de guarda movida por seu marido Bernardo Carvalho. Na origem, Bernardo Carvalho ajuizou ação de guarda em face de Beatriz Carvalho aduzindo que os mesmos são genitores da criança Guilherme Carvalho de 9 (nove) anos, e que o casal está separado de fato havendo necessidade, em razão disto, de estabelecer provisoriamente a guarda e o convívio. Postulou Bernardo Carvalho, na ação de guarda, antecipação dos efeitos da tutela jurisdicional no sentido de estabelecer guarda unilateral consigo até o final do processo sob o fundamento de que a parte ré, Beatriz Carvalho, viaja muito em razão do trabalho que exerce. O magistrado da 1ª Vara de Família antecipou os efeitos da tutela jurisdicional e deferiu o pedido formulado por Bernardo Carvalho determinando a fixação da guarda provisória com o autor da ação de guarda até ulterior deliberação. Foi justamente em razão disto que Beatriz Carvalho interpôs recurso de agravo por instrumento tendo como agravado Bernardo Carvalho. Com esclarecido acima, o agravo de instrumento foi tombado sob o nº 02472257.05.805.2020.0001, e distribuído à relatoria da Desembargadora Ana Cristina. Na data de hoje, a Desembargadora Relatora Ana Cristina proferiu decisão monocrática indeferindo o pedido de efeito suspensivo que a agravante Beatriz Carvalho formulou nos autos do agravo de instrumento. Na decisão monocrática, a Desembargadora Relatora argumentou que o fato da agravante Beatriz Carvalho viajar muito é suficiente para justificar a manutenção da guarda unilateral da criança Guilherme com o seu genitor Bernardo Carvalho. Na mesma decisão que indeferiu o pedido de efeito suspensivo formulado no agravo de instrumento, a Desembargadora Relatora determinou a intimação do agravado para, querendo, apresentar contrarrazões com posterior remessa do recurso de agravo à Procuradoria de Justiça para emissão de parecer, considerando a existência de incapaz. Beatriz Carvalho não se conforma com a recente decisão da Desembargadora do Tribunal de Justiça, que foi publicada na data de hoje, e deseja adotar alguma medida apta a reformar a referida decisão monocrática.

Na qualidade de advogado (a) de Beatriz Carvalho, apresente a medida processual cabível a esta fase do procedimento recursal visando a reforma da decisão.

Obs: a mera indicação dos artigos da legislação é insuficiente para fins de pontuação.

Simulados OAB

Resposta Ideal

O candidato deve apresentar agravo regimental, por petição, em até 15 dias da data da publicação, demonstrando, portanto, a tempestividade, na forma do § 5º do art. 1.003 do CPC, do CPC, quando deverá impugnar especificadamente os fundamentos da decisão agravada, expondo as razões de fato e de direito com que impugna a decisão, sendo vedado ao agravante se limitar a reproduzir os fundamentos da decisão agravada, na forma dos §§ 1º e 3º do art. 1.021 do CPC. Informar a desnecessidade de pagamento de preparo no recurso de agravo interno ante o deferimento da gratuidade da Justiça. O agravo interno deverá ser endereçado à Desembargadora Relatora Ana Cristina, indicando com clareza quem é a agravante e quem é o agravado, na forma do § 2º do art. 1.021 do CPC.

No mérito recursal, a agravante Beatriz Carvalho deverá alegar que o fato de viajar muito não é motivo suficiente para justificar a guarda unilateral ao agravado Bernardo Carvalho. Deverá sustentar que o fundamento mais importante para o estabelecimento da guarda é o melhor interesse dos filhos, com fundamento no art. 227 da CF, OU no ECA OU no §2º do art. 1.583 do CC. Além disto, o candidato deverá também argumentar que a regra é a guarda compartilhada, na forma do §2º do art. 1.584 do CC, inexistindo no caso concreto justificativa jurídica relevante que justifique a guarda unilateral no caso concreto.

Em arremate, a agravante deverá requerer a intimação do agravado para, querendo, manifestar-se sobre o recurso no prazo de 15 (quinze) dias ao final do qual, não havendo retratação pela Relatora, que seja o agravo interno levado à julgamento pelo órgão colegiado, com inclusão em pauta, concluindo a peça com o local, a data, advogado e OAB.

A peça Ideal

Excelentíssima Senhora Desembargadora Ana Cristina, Digníssima Relatora do Agravo de Instrumento nº 02472257.05.805.2020.0001.

(espaçamento de 9 linhas)

BEATRIZ CARVALHO, nos autos do agravo de instrumento interposto em face de decisão interlocutória proferida pelo juízo da 1ª Vara de Família da Comarca de Salvador, processo originário nº 02472257.05.805.2020.0001, onde litiga com BERNARDO CARVALHO, vem, respeitosamente, intimada na data de hoje sobre a decisão monocrática proferida por Vossa Excelência nos autos do agravo de instrumento interposto, que negou efeito recursal suspensivo, não concordando com o conteúdo da mesma, interpor recurso de AGRAVO INTERNO, com fundamento jurídico no art. 1.021 do CPC.

Nestes termos, após intimação da parte contrária para, querendo, manifestar-se sobre o agravo interno interposto, a agravante requer seja exercido por Vossa Excelência a reconsideração ou, sucessivamente, acaso isto não aconteça, seja o recurso de agravo interno submetido ao órgão colegiado para inclusão em pauta de julgamento, pugnando pelo conhecimento e provimento do presente recurso.

Nestes termos,
Pede e espera deferimento.
Salvador, data
Advogado
Oab

RAZÕES RECURSAIS

AGRAVANTE: Beatriz Carvalho

AGRAVADO: Bernardo Carvalho

AGRAVO DE INSTRUMENTO nº 02472257.05.805.2020.0001.

Vara de Origem: 1ª Vara de Família da Comarca de Salvador

Egrégio Tribunal de Justiça
Eminentes Desembargadores.

I – DOS PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE RECURSAL:

O agravante preenche todos os pressupostos de admissibilidade recursal previstos na legislação em processual em vigor. É parte legítima nos autos. Sofreu a sucumbência com o indeferimento do pedido de efeito suspensivo recursal, tendo, portanto, interesse em recorrer. Encontra-se devidamente representado por advogado regularmente constituído. É beneficiário da gratuidade da Justiça, conforme já deferido pela relatoria. Por outro lado, o recurso cabível contra decisão monocrática de relator, no caso concreto, é o agravo interno. Demonstrado o cabimento do recurso, é também importante comprovar a tempestividade na interposição do agravo interno, que está sendo manejado dentro dos 15 (quinze) dias úteis, a bem evidenciar a tempestividade. Demonstrado o preenchimento de todos os requisitos de admissibilidade recursal, o agravante passa a tratar do mérito, vale dizer, das razões que justificam a reforma da decisão monocrática.

Simulados OAB

Espelho de Correção

ITEM AVALIADO	PONTUAÇÃO	COMENTÁRIO EXPLICATIVO AO ALUNO
A peça adequada nesta situação é o agravo interno.		
Endereçamento		
1. Desembargadora Relatora Ana Cristina (0,10).	0,00/0,10	O agravo interno é interposto perante o relator do recurso que emitiu a decisão monocrática (singular). O enunciado da questão expressamente exigia que o candidato observasse este detalhe. Fora indicado, inclusive, o nome da Desembargadora Relatora Ana Cristina.
2. Indicar Beatriz Carvalho como agravante do agravo interno (0,10).	0,00/0,10	A agravante é a recorrente, a autora do recurso de agravo interno, no caso Beatriz Carvalho.
3. Indicar Bernardo Carvalho como agravado do agravo interno (0,10).	0,00/0,10	O agravado no agravo interno é Bernardo Carvalho, parte recorrida, que apresentará as contrarrazões.
4. Indicar a tempestividade (0,30) e § 5º do art. 1.003 do CPC (0,20).	0,00/0,20/0,30/0,50	Ao afirmar o enunciado da questão expressamente afirma que a decisão monocrática foi publicada “na data de hoje”. Esta circunstância é indicativa que o avaliador deseja que o candidato destaque a tempestividade como importante critério de avaliação.
5. Indicar a desnecessidade de pagamento de preparo ante a concessão da gratuidade da Justiça pela Desembargadora Relatora OU porque o recurso de agravo interno não exige recolhimento de preparo (0,40).	0,00/0,40	Tendo o enunciado da questão expressamente afirmado que a agravante obteve o deferimento do pedido recursal de gratuidade da Justiça o candidato deveria levar em conta esta relevante afirmação para expressamente afirmar na petição do agravo interno ser beneficiário da gratuidade. Também se aceitou, como critério da avaliação, que a agravante, ao invés disto, afirmasse que o recurso de agravo interno não exige preparo.
Fundamentos de mérito		
6. Cabimento do agravo interno (0,40), de acordo com o art. 1.021 do CPC (0,20)	0,00/0,20/0,40/0,60	Neste item era necessário o candidato identificar a peça recursal cabível, uma das partes mais importantes da prova. E quais elementos do enunciado permitem identificar ser o agravo interno a peça adequada? Vamos lá: o enunciado afirma ter sido publicado “na data de hoje” uma decisão monocrática da Desembargadora Relatora Ana Cristina negando o efeito suspensivo recursal postulado pela sua cliente, Beatriz Carvalho. A questão também afirma que a sua cliente Beatriz Carvalho não se conforma com o conteúdo da decisão monocrática, indicando, portanto, o desejo desta de modificar o conteúdo da decisão judicial. Neste cenário, a peça cabível é agravo interno e o fundamento legal aqui vem na figura do art. 1.021 do CPC, que prevê o agravo interno como medida processual adequada à impugnação de decisões monocráticas de relatores.
7. Impugnar especificadamente os fundamentos da decisão, não se limitando a apenas reproduzir os argumentos do agravo de instrumento (0,10) E indicar os §§ 1º e 3º do art. 1.021 do CPC (0,10).	0,00/0,10/0,20	O CPC exige expressamente ao autor do recurso de agravo interno que o mesmo realize impugnação específica quanto aos fundamentos da decisão monocrática objeto do recurso e não se limite apenas à reproduzir as razões do agravo de instrumento. Esta exigência processual deveria ser destacada pelo candidato na elaboração da sua

Simulados OAB

		peça prático-profissional, de modo a demonstrar ao avaliador o conhecimento a respeito deste tema. Como de rotina, o avaliado também deve indicar o artigo da legislação processual, como modo de complementação e aperfeiçoamento da nota.
8. Alegar que o fato de a genitora viajar muito não configura fundamento jurídico que justifique guarda unilateral (0,20).	0,00/0,20	Sendo a impugnação específica, como visto acima, e considerando que a tese central que justificou o indeferimento do efeito suspensivo girou em torno do fato de a agravante viajar muito, a primeira tese a ser apresentada no mérito recursal consiste na impugnação direta e imediata a este fundamento da decisão. Já no início das razões recursais o candidato deverá sustentar que número elevado de viagens não é fundamento jurídico para, isoladamente, autorizar fixação excepcional de guarda unilateral.
9. Discorrer sobre o princípio do melhor interesse dos filhos, como critério mais importante para o deferimento do regime de guarda, desenvolvendo os temas da proteção integral e da prioridade absoluta (0,30).	0,00/0,30	O candidato deve centrar os argumentos à respeito da reforma da decisão agravada no princípio do melhor interesse dos filhos, desenvolvendo seu texto pela via da proteção integral e da prioridade absoluta. É preciso recordar que a OAB não se contenta com a simples indicação do artigo da legislação, sendo necessário sempre que possível a construção lógica, clara e organizada de argumentação jurídica.
10. Invocar ou o art. 227 da CF, OU o art. 1.583 do CC OU o ECA (0,10).	0,00/0,10	O fato de o examinador preferir a solidez das argumentações jurídicas não autoriza que o candidato descuide de disputar pontuação, por menor que seja, por artigos de lei. Neste caso, o argumento do melhor interesse é fortalecido com a complementação decorrente do artigo de lei.
11. Sustentar que a regra é a guarda compartilhada (0,30) E § 2º do art. 1.584 do CC (0,10).	0,00/0,10/0,30/0,40	O candidato deverá realçar que a regra no ordenamento jurídico é o estabelecimento da guarda compartilhada, de modo que a guarda unilateral ficaria restrita à hipótese de exceções legais. O candidato deveria sustentar que nos autos inexistia qualquer justificativa para não ser aplicada a regra geral, de modo que a decisão deveria observar e considerar isto.
12. Sustentar que a regra é a guarda compartilhada (0,30) E indicar o art. 1.583 do CC (0,10).	0,00/0,10/0,30/0,40	Como também houve pedido de condenação do réu no pagamento de honorários é preciso impugnar especificadamente este pedido.
13. Destacar a possibilidade de retratação do recurso de agravo interno (0,30) de modo que o envio ao colegiado somente poderia acontecer na falta da reconsideração (0,30).	0,00/0,30/0,60	O agravo interno possui uma característica recursal própria, qual seja a possibilidade do relator que exarou a decisão reconsidera-la. Desta maneira, o candidato deve destacar a possibilidade de retratação do recuso de agravo interno ressaltando que o recurso apenas será remetido ao órgão colegiado acaso o relator não reconsidere a decisão.
Pedidos		
14. Pedir a intimação da parte contrária para, querendo, manifestar-se sobre o agravo interno (0,30) e a reconsideração da relatora (0,20).	0,00/0,20/0,30/0,50	O candidato deve, recordando das garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa como necessárias ao devido processo legal, pedir a intimação do agravado para, querendo, manifestar-se sobre o agravo interno interposto. Logo em seguida, deverá o candidato formular pedido expresso à Desembargadora Relatora Ana Cristina para que a mesma reconsidere a decisão monocrática exarada.

Simulados OAB

15. Pedir a remessa do agravo interno ao órgão colegiado (0,20) para a hipótese da Desembargadora Relatora não reconsiderar a decisão (0,20).	0,00/0,20/0,40	Também se deve postular expressamente a remessa dos autos do agravo interno ao órgão colegiado para a hipótese da Desembargadora Relatora não reconsiderar a decisão monocrática agravada, postulando que o órgão colegiado inclua o feito em pauta, com o provimento do recurso de agravo interno para estabelecer a guarda compartilhada.
Fechamento		
16. Indicar o local, a data, o advogado e a OAB (0,10).	0,00/0,10	Como de rotina, o candidato deverá fazer referência, tendo cuidado para não identificar a peça, ao local, a data, ao advogado e a OAB.

Simulados OAB

PADRÃO DE RESPOSTA – QUESTÃO 01

Enunciado

Romoaldo de Jesus desapareceu, sem deixar notícia alguma, na noite do dia 19 de abril de 2020. Segundo a família, Romoaldo de Jesus, idoso com 65 anos, saíra na noite de domingo para fazer compras em um supermercado e, desde então, não mais retornou para a própria casa.

Considerando o caso hipotético, responda os itens abaixo.

A) Qual a providência jurídica cível a ser adotada pela esposa de Romoaldo de Jesus no caso concreto a fim de proteger o patrimônio do mesmo? Fundamente. (0,65).

B) Romoaldo poderá ser considerado incapaz em decorrência do seu desaparecimento e da sua idade? (0,60).

Obs: a mera indicação dos artigos da legislação é insuficiente para fins de pontuação.

Simulados OAB

Resposta Ideal

A) Diante do desaparecimento de Romoaldo, sua esposa poderá apresentar pedido judicial de curadoria dos bens do ausente pedindo ao magistrado para nomeá-la curadora, fixando-lhe poderes e obrigações conforme as circunstâncias do caso concreto, na forma do art. 22 do CC.

B) As hipóteses de incapacidade são taxativas e estão presentes nos arts. 3º e 4º do CC, sendo que Romoaldo de Jesus não se enquadra em nenhuma dessas situações. Desta maneira, o fato de ter desaparecido, ou ainda 65 anos, não o qualifica como incapaz.

Distribuição dos Pontos

ITEM	PONTUAÇÃO	COMENTÁRIO EXPLICATIVO AO ALUNO
A. Requerimento de curadoria de bens (0,55), na forma do art. 22 do CC (0,10).	0,00/0,10/0,55 /0,65	Como o desaparecimento não se deu de forma violenta, não é caso de aplicação da morte presumida sem procedimento de ausência. Ao contrário, diante do desaparecimento de Romoaldo, sua esposa deverá apresentar pedido judicial de curadoria dos bens do ausente pedindo ao magistrado para nomeá-la curadora, fixando-lhe poderes e obrigações conforme as circunstâncias do caso concreto, na forma do art. 22 do CC, não sendo caso de se postular ainda morte presumida no procedimento de ausência, mas apenas pedir a curadoria dos bens.
B. A idade e o fato de estar desaparecido não são fatores que acarretam a incapacidade de ninguém, especialmente porque as hipóteses legais de incapacidade são taxativas (0,50), na forma dos arts. 3º e 4º do CC (0,10).	0,00/0,10/0,50/0,60	O fato de alguém ser idoso, ou mesmo desaparecer, não é juridicamente suficiente para qualificá-la como incapaz. As hipóteses de incapacidade são taxativas e estão presentes nos arts. 3º e 4º do CC sendo que Romoaldo de Jesus não se enquadram em nenhuma dessas situações. Desta maneira, o fato de ter desaparecido, ou ainda 65 anos, não o qualifica como incapaz.

Simulados OAB

PADRÃO DE RESPOSTA – QUESTÃO 02

Enunciado

Taciana do Amaral firmou contrato civil com Beбето Serra Vale, por meio do qual, este se obrigou a entregar até o domingo do dia 19 de abril de 2020 um automóvel avaliado em R\$ 20.000,00 (vinte mil reais). Na hipótese de inadimplemento absoluto consistente na ausência de entrega do veículo restou estipulado cláusula penal na importância de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais). Apesar da assinatura do contrato, Beбето Serra Vale jamais transferiu a propriedade do bem, Jamais entregou o veículo.

Considerando o caso hipotético, responda os itens abaixo.

A) Taciana do Amaral pode cobrar de Beбето Serra Vale a cláusula penal mais perdas e danos? Fundamente. (0,70).

B) O valor da cláusula penal se encontra excessivo no caso concreto? (0,55).

Obs: a mera indicação dos artigos da legislação é insuficiente para fins de pontuação.

Simulados OAB

Resposta Ideal

A) A cláusula penal no caso concreto é compensatória, prevista para situações de total inadimplemento da obrigação, de modo que se converte em alternativa a benefício do credor que poderá cobrar ou o valor da cláusula penal, ou as perdas e danos, hipótese na qual não é possível cumular sob pena de duplicidade, na forma do art. 410 do CC.

B) O valor da cláusula penal não poderá exceder o valor da obrigação principal. Considerando que o valor do bem principal foi de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) e o valor da cláusula penal foi de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), percebe-se visível desrespeito ao art. 412 do CC, podendo ser considerado excessivo o referido valor.

Distribuição dos Pontos

ITEM	PONTUAÇÃO	COMENTÁRIO EXPLICATIVO AO ALUNO
A. A cláusula penal compensatória tem valor objetivo pré-fixas as perdas e danos, razão pela qual não poderá ser cumulada com perdas e danos, sob pena de duplicidade (0,60), conforme art. 410 do CC (0,10).	0,00/0,10/0,60 /0,70	A cláusula penal no caso concreto é compensatória, prevista para situações de total inadimplemento da obrigação, de modo que se converte em alternativa a benefício do credor que poderá cobrar ou o valor da cláusula penal, ou as perdas e danos, dentro de um padrão disjuntivo, hipótese na qual não é possível cumular a cláusula penal com as perdas e danos, sob pena de duplicidade, na forma do art. 410 do CC.
B. No caso concreto o valor da cláusula penal se encontra excessivo porque não poderia exceder o valor da obrigação principal (0,45), conforme art. 412 do CC (0,10).	0,00/0,10/0,45 /0,55	O valor da cláusula penal não poderá exceder o valor da obrigação principal. Considerando que o valor do bem principal foi de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) e o valor da cláusula penal foi de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), percebe-se visível desrespeito ao art. 412 do CC, podendo ser considerado excessivo o referido valor.

PADRÃO DE RESPOSTA – QUESTÃO 03

Enunciado

Rubens Peixoto firmou contrato preliminar irretratável de promessa de compra e venda de imóvel com Talita do Nascimento, por meio do qual, contratante e contratado se comprometeram a celebrar, no futuro, o contrato definitivo de compra e venda do referido imóvel. O referido contrato foi celebrado por instrumento particular, mas as partes não deram cumprimento ao comando previsto no parágrafo único do art. 463 do CC, segundo o qual o contrato preliminar deve ser levado a registro. De igual sorte, apesar de a compra e venda de imóveis superiores a 30 salário mínimos exigir escritura pública, na forma do art. 108 do CC, Rubens e Fernanda firmaram a promessa de compra e venda por instrumento particular.

Considerando o caso hipotético, responda os itens abaixo.

A) O fato de Rubens e Fernanda não observarem o comando previsto no parágrafo único do art. 463 do CC acarreta qual consequência jurídica? Fundamente. (0,70).

B) Rubens Peixoto, promitente comprador, teria direito de ajuizar adjudicação compulsória contra Talita e contra terceiros caso cumprisse a sua parte no contrato, quitando o pagamento do imóvel? Fundamente. (0,55).

Obs: a mera indicação dos artigos da legislação é insuficiente para fins de pontuação.

Simulados OAB

Resposta Ideal

A) A consequência jurídica da ausência do registro público da promessa de compra e venda do imóvel enseja apenas a restrição dos efeitos obrigacionais do referido contrato às partes contratante e contratado, diante do princípio da relatividade dos efeitos do contrato, retirando oponibilidade perante terceiros, também denominada de eficácia “erga omnes” decorrente do registro.

B) Rubens Peixoto poderá ajuizar ação de adjudicação compulsória apenas contra Talita do Nascimento com fundamento jurídico OU no art. 463 do CC, OU na súmula 239 do STJ, não podendo, entretanto, utilizar-se da adjudicação compulsória em face de terceiros que não assinaram o contrato, eis que o instrumento não foi levado à registro público.

Distribuição dos Pontos

ITEM	PONTUAÇÃO	COMENTÁRIO EXPLICATIVO AO ALUNO
A. A ausência de registro do contrato restringe os seus efeitos obrigacionais às partes contratantes ante ao princípio da relatividade dos efeitos do contrato (0,60) OU porque a ausência do registro impede eficácia “erga omnes”, OU oponibilidade contra terceiros (0,10).	0,00/0,10/0,60/0,70	O candidato deveria responder que a consequência jurídica da ausência do registro público da promessa de compra e venda do imóvel enseja apenas a restrição dos efeitos obrigacionais do referido contrato às partes contratante e contratado, diante do princípio da relatividade dos efeitos do contrato, impedindo a oponibilidade perante terceiros, também denominada de eficácia “erga omnes” decorrente do registro.
B. Poderá ajuizar adjudicação compulsória apenas contra Talita do Nascimento OU não poderá ajuizar adjudicação compulsória contra terceiros (0,30), com fundamento no art. 463 do CC OU na súmula 239 do STJ OU porque o instrumento não foi levado a registro público (0,25).	0,00/0,25/0,30/0,55	O candidato deveria responder que Rubens Peixoto poderá ajuizar ação de adjudicação compulsória apenas contra Talita do Nascimento com fundamento jurídico OU no art. 463 do CC, OU na súmula 239 do STJ, não podendo, entretanto, utilizar-se da adjudicação compulsória em face de terceiros que não assinaram o contrato, eis que o instrumento não foi levado à registro público.

Simulados OAB

PADRÃO DE RESPOSTA – QUESTÃO 04

Enunciado

Fabício Azevedo dirigia seu veículo em nítido excesso de velocidade quando, em razão disto, atropelou Juventino Alcântara, pai de dois adolescentes, Josefina de 16 anos completos e Eduardo de 17 anos. Apesar de todos os esforços da equipe médica, Juventino de Alcântara, que era viúvo, veio à óbito no dia 20 de março de 2020. A autoridade policial instaurou imediato inquérito penal e, com agilidade, encaminhou os autos ao Ministério Público Estadual que denunciou criminalmente Juventino de Jesus, estando em curso ação penal por homicídio culposo, já recebida pelo juízo criminal.

Considerando o caso hipotético, responda os itens abaixo.

A) O prazo prescricional para obter reparação civil está em curso contra Josefina e Eduardo, relativamente incapazes? Fundamente. (0,65).

B) A sentença penal poderia interferir no conteúdo da sentença civil? Fundamente. (0,60).

Obs: a mera indicação dos artigos da legislação é insuficiente para fins de pontuação.

Simulados OAB

Resposta Ideal

A) O prazo prescricional para obter a reparação civil não está em curso tendo em vista o art. 200 do CC segundo o qual enquanto a questão se encontrar sob apreciação do juízo criminal não correrá prazo prescricional civil.

B) Em regra, as instâncias civis e penais são independentes, de modo que o conteúdo do que for decidido no crime não interfere no resultado da sentença penal. Apesar disto, existem duas hipóteses de exceção previstas no art. 935 do CC, a saber: quando o juízo penal negar a ocorrência da autoria, ou quando o juízo negar a existência do fato, situações na qual o resultado desta decisão prejudicará o conteúdo da sentença civil.

Distribuição dos Pontos

ITEM	PONTUAÇÃO	COMENTÁRIO EXPLICATIVO AO ALUNO
A. Na pendência de investigação criminal não corre prazo prescricional civil (0,50) na forma do art. 200 do CC (0,15).	0,00/0,15/0,50/0,65	O prazo prescricional para obter a reparação civil não está em curso tendo em vista existir causa impeditiva expressa prevista no art. 200 do CC, segundo o qual enquanto a questão se encontrar sob apreciação do juízo criminal não correrá prazo prescricional civil.
B. A instância civil é independente da criminal, em regra, de modo que a sentença penal apenas interfere no resultado da sentença civil em caso de decisão sobre autoria ou sobre a existência do fato (0,50) na forma do art. 935 do CC (0,10).	0,00/0,10/0,50/ 0,60	Em regra, as instâncias civis e penais são independentes, de modo que o conteúdo do que for decidido no crime não interfere no resultado da sentença penal. Apesar disto, existem duas hipóteses de exceção previstas no art. 935 do CC, a saber: quando o juízo penal negar a ocorrência da autoria, ou quando o juízo negar a existência do fato, situações na qual o resultado desta decisão prejudicará o conteúdo da sentença civil.

SIMULADO OAB

2ª Fase

Direito Constitucional

Simulados OAB

PADRÃO DE RESPOSTA – PEÇA PROFISSIONAL

Enunciado

Aldir Medeiros, brasileiro, casado, servidor público, requereu administrativamente ao Ministro da Fazenda, na qualidade de contribuinte, o direito de acessar os dados concernentes aos pagamentos de seus tributos, constantes de sistemas informatizados de apoio à arrecadação dos órgãos da administração fazendária da União, a fim de calcular tributos pagos indevidamente. O Ministro denegou o pedido administrativo sob o argumento de que já havia franqueado a Aldir o acesso a algumas informações e que não disponibilizaria os documentos novamente. Em razão do narrado, ele ingressou com um Habeas Data em face do Ministro perante o Superior Tribunal de Justiça, que denegou o pedido de acesso ao dado pessoal, sob o argumento de que os documentos solicitados para consulta estavam protegidos pelo sigilo de Estado, em decisão publicada anteontem. Na qualidade de advogado de Aldir Medeiros, redija o recurso pertinente para que ele possa finalmente acessar a informação pretendida. **(Valor: 5,00)**

Obs.: a peça deve abranger todos os fundamentos de Direito que possam ser utilizados para dar respaldo à pretensão. A simples menção ou transcrição do dispositivo legal não confere pontuação.

Simulados OAB

Resposta Ideal

1ª página (peça de interposição)

EXM^o. SR. MINISTRO PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

(3 linhas)

(o endereçamento “ao Juízo” também pontua)

Processo nº: ...

(2 linhas)

Aldir Medeiros, já devidamente qualificado nos autos do *Habeas Data* de número em epígrafe, que move em face do Ministro da Fazenda..., inconformado com a decisão proferida às fls. ..., que denegou o acesso aos dados pretendidos, vem, por seu advogado infra-assinado, conforme procuração anexa, com escritório..., endereço que indica para os fins do art. 77, V, do CPC, tempestivamente, interpor

RECURSO ORDINÁRIO

nos termos do art. 102, II, “a”, da CRFB/88 e art. 1.027, I, do CPC, esperando que seja determinada a intimação do recorrido para, em 15 (quinze) dias, apresentar as contrarrazões e que, posteriormente, sejam os autos remetidos ao Supremo Tribunal Federal.

Termos em que,

Pede deferimento.

Local... e data...

Advogado...

OAB nº...

Simulados OAB

2ª página (peça de razões)

AO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

RECORRENTE: Aldir Medeiros

RECORRIDO: Ministro da Fazenda

RAZÕES DE RECURSO

I – DA TEMPESTIVIDADE

O presente recurso é tempestivo, tendo em vista que foi interposto no prazo de 15 (quinze) dias, previsto no art. 1.003, § 5º, do CPC.

II – DO CABIMENTO

O recurso cabível em face de decisão denegatória de *habeas data* decidido em única instância pelos Tribunais Superiores é o recurso ordinário para o Supremo Tribunal Federal, na forma do art. 1.027, I, do CPC.

O presente recurso também está previsto no art. 102, II, “a”, da CRFB/88, que preceitua competir ao STF, julgar em recurso ordinário o *habeas corpus*, o mandado de segurança, o *habeas data* e o mandado de injunção decididos em única instância pelos Tribunais Superiores, se denegatória a decisão.

III – DA SÍNTESE DOS FATOS

Aldir Medeiros impetrou um *Habeas Data* originariamente perante o Superior Tribunal de Justiça, diante da denegação do pedido de acesso ao dado pessoal – que consiste em dados concernentes aos pagamentos de seus tributos –, sob o argumento de que os documentos solicitados para consulta estavam protegidos pelo sigilo do Estado.

O recorrente, anteriormente, havia recebido resposta administrativa negativa do Ministro da Fazenda, que alegou que já tinha sido franqueado o acesso a algumas informações e que não disponibilizaria os documentos novamente.

Apesar de todo o exposto, a decisão foi denegatória, sob o argumento da proteção do sigilo do Estado supra mencionado.

IV – DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

Na forma do art. 5º, LXXII, “a”, da CRFB/88, o *habeas data* é o remédio constitucional responsável pela defesa em juízo dos dados pessoais que se pretenda conhecer ou retificar, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.

A referida ação também encontra fundamento na Lei 9.507/97 que ampliou as hipóteses de cabimento do remédio, permitindo que também seja utilizado para a complementação de dados pessoais, de acordo com o art. 7º, III.

Dessa forma, o recorrente possui direito ao referido remédio constitucional, que foi improvido pelo,

Simulados OAB

Tribunal Superior competente, mesmo diante da recusa ao acesso ao dado pretendido.

O direito de acesso à informação é um direito fundamental consagrado pelo texto constitucional no art. 5º, XXXIII, que preceitua que todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

Ademais, deve ser ressaltado o próprio caráter público do banco de dados, pois de acordo com o que preceitua o art. 1º, parágrafo único, da Lei 9.507/97 se considera de caráter público todo registro ou banco de dados contendo informações que sejam ou que possam ser transmitidas a terceiros ou que não sejam de uso privativo do órgão ou entidade produtora ou depositária das informações.

Portanto, as informações pretendidas não estão acobertadas pelo sigilo legal ou constitucional, não podendo, então, ser alegado tal sigilo, posto que importa em violação ao direito do ora Recorrente.

Além disso, conforme previsto no art. 5º, X, da CRFB/88, são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado, inclusive, o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.

V – DOS PEDIDOS

Face ao acima exposto, o Recorrente pede que seja dado provimento ao presente Recurso para reformar a decisão que denegou o acesso aos dados, a intimação do Procurador-Geral da República, além da condenação do Recorrido nos ônus sucumbenciais.

Termos em que,

Pede deferimento.

Local... e data...

Advogado...

OAB nº...

Simulados OAB

Espelho de Correção

ITEM AVALIADO	PONTUAÇÃO	COMENTÁRIO EXPLICATIVO AO ALUNO
A peça adequada nesta situação é o Recurso Ordinário OU Recurso Ordinário Constitucional OU Recurso Ordinário em Habeas Data OU Recurso Ordinário Constitucional em Habeas Data.	A pontuação será atribuída no campo "identificação da peça"	A peça cabível é o Recurso Ordinário dirigido ao STF. O enunciado narra que Aldir impetrou um HD, originariamente, perante o STJ, contra ato do Ministro da Fazenda, que denegou o pedido administrativo de acesso aos dados concernentes aos pagamentos de seus tributos, alegando que já havia franqueado a Aldir o acesso a algumas informações e que não disponibilizaria os documentos novamente. O remédio fora denegado pelo Tribunal Superior mencionado, sob o argumento de que os documentos solicitados para consulta estavam protegidos pelo sigilo de Estado. Dessa forma, para buscar a reforma da decisão, visando garantir o direito pleiteado, é cabível o ROC, pois trata-se de decisão denegatória de HD decidido em única instância pelo STJ, conforme elenca o art. 102, II, "a", da CRFB/88 e art. 1.027, I, do CPC. No enunciado ficou demonstrado que a decisão que será atacada no ROC foi publicada "anteontem", ou seja, há prazo para interposição do recurso.
Endereçamento da petição de interposição		
1. Exm ^o . Sr. Ministro Presidente do Superior Tribunal de Justiça (0,25) (o endereçamento "ao Juízo" também pontua)	0,00/0,25	Do disposto no art. 1.028, § 2º, do CPC, extraímos que o ROC deve ter uma petição de interposição dirigida ao Tribunal de origem, que no caso concreto é o STJ.
Endereçamento da petição de razões		
2. Ao Supremo Tribunal Federal (0,25)	0,00/0,25	O ROC deve ter, também, uma petição de razões, que deve ser dirigida ao STF, órgão competente para o seu julgamento, conforme art. 102, II, "a", da CRFB/88 e art. 1.027, I, do CPC.
Recorrente		
3. Aldir Medeiros (0,30)	0,00/0,30	O recorrente é Aldir Medeiros, que foi quem impetrou o HD e está inconformado com a decisão proferida pelo STJ.
Recorrido		
4. Ministro da Fazenda (0,30)	0,00/0,30	O recorrido é a parte contra quem se litiga, ou seja, nesse caso concreto, o Ministro da Fazenda, que foi a autoridade que negou o acesso aos dados pretendidos.
Identificação da peça		
5. Recurso Ordinário (0,25) , com fundamento no art. 102, II, "a", da CRFB/88 (0,10) e no art. 1.027, I, do CPC (0,10)		A peça cabível é o Recurso Ordinário dirigido ao STF. O enunciado narra que Aldir impetrou um HD, originariamente, perante o STJ, contra ato do Ministro da Fazenda, que denegou o pedido administrativo de acesso aos dados concernentes aos pagamentos de seus tributos, alegando que já

Simulados OAB

	0,00/0,10/0,20/0,25/ 0,35/0,45	<p>havia franqueado a Aldir o acesso a algumas informações e que não disponibilizaria os documentos novamente. O remédio fora denegado pelo Tribunal Superior mencionado, sob o argumento de que os documentos solicitados para consulta estavam protegidos pelo sigilo de Estado. Dessa forma, para buscar a reforma da decisão, visando garantir o direito pleiteado, é cabível o ROC, pois trata-se de decisão denegatória de HD decidido em única instância pelo STJ, conforme elenca o art. 102, II, “a”, da CRFB/88 e art. 1.027, I, do CPC.</p> <p>No enunciado ficou demonstrado que a decisão que será atacada no ROC foi publicada “anteontem”, ou seja, há prazo para interposição do recurso.</p> <p>É crucial, após a identificação da peça, demonstrar a sua fundamentação completa, mencionando o fundamento constitucional (art. 102, II, “a”, da CRFB/88) e legislação específica (CPC, art. 1.027, I).</p>
Tempestividade		
6. Demonstrar que o recurso é tempestivo (0,25), de acordo com o art. 1.003, § 5º, do CPC (0,10)	0,00/0,10/0,25/ 0,35	Deve-se demonstrar que o recurso é tempestivo, tendo em vista que foi interposto no prazo de 15 dias, previsto no art. 1.003, § 5º, do CPC, pois no enunciado ficou demonstrado que a decisão que será atacada no ROC foi publicada “anteontem”, ou seja, há prazo para interposição do recurso.
Fundamentos		
7. Demonstrar o cabimento do recurso (0,20), conforme art. 102, II, “a”, da CRFB/88 (0,10) e art. 1.027, I, do CPC (0,10)	0,00/0,10/0,20/ 0,30/0,40	Deve ser demonstrado que não só a própria Constituição (art. 102, II, “a”) menciona o cabimento do ROC na hipótese narrada no enunciado, mas o próprio CPC (art. 1.027, I) dispõe sobre o julgamento do recurso. Trata-se de decisão denegatória de HD decidido em única instância pelo STJ.
8. Afirmar o Direito ao Habeas Data (0,20), conforme art. 5º, LXXII, “a”, da CRFB/88 E/OU Lei 9.507/97 (0,15)	0,00/0,15/0,20/ 0,35	Deve-se afirmar o direito ao HD, elencado no art. 5º, LXXII, “a”, da CRFB/88 e/ou Lei 9.507/97.
9. Mencionar o Direito de acesso à informação (0,20), conforme art. 5º, XXXIII, da CRFB/88 (0,15)	0,00/0,15/0,20/ 0,35	Deve-se destacar o Direito de acesso à informação, como sendo um direito fundamental consagrado pelo texto constitucional no art. 5º, XXXIII, que preceitua que todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.
10. Demonstrar o caráter público do banco de dados (0,20), conforme art. 1º, p. ú., da Lei 9.507/97 (0,15)	0,00/0,15/0,20/ 0,35	Deve-se destacar o caráter público do banco de dados, mencionando que as informações pretendidas não estão acobertadas pelo sigilo legal ou constitucional, não podendo, então, ser alegado tal sigilo, posto que importa em violação ao direito do ora Recorrente.

Simulados OAB

11. Mencionar o Direito à intimidade e à vida privada (0,20), conforme art. 5º, X, da CRFB/88 (0,15)	0,00/0,15/0,20/ 0,35	Deve ser mencionado o direito à intimidade e à vida privada, conforme art. 5º, X, da CRFB/88, que preceitua que são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.
Pedidos		
12. Que seja dado provimento ao recurso (0,20) para que seja reformada a decisão e garantido o direito de acesso aos dados concernentes aos pagamentos dos tributos (0,20)	0,00/0,20/0,40	O pedido de provimento ao recurso é essencial no rol dos pedidos, para que seja reformada a decisão e garantido o direito de acesso aos dados concernentes aos pagamentos dos tributos.
13. A condenação do Recorrido nos ônus sucumbenciais (0,40)	0,00/0,40	Deve-se pleitear a condenação do Recorrido nos ônus sucumbenciais.
14. A intimação do representante do Ministério Público (OU do Procurador-Geral da República) (0,40)	0,00/0,40	Deve-se pleitear a intimação do representante do Ministério Público ou do Procurador-Geral da República, que atua perante o STF.
Fechamento		
15. Local e Data, nome do advogado, OAB (0,10)	0,00/0,10	O fechamento da peça com a menção ao local e data, nome do advogado e OAB é essencial.

Simulados OAB

PADRÃO DE RESPOSTA – QUESTÃO 01

Enunciado

Em linhas gerais a extradição é o ato por meio do qual um Estado entrega uma pessoa que está sob os limites de seu território a outro país, que o solicita e é competente para processá-lo e eventualmente condená-lo em razão da prática de crime. Trata-se de uma manifestação de soberania estatal, sendo, portanto, indispensável a existência de um tratado de extradição entre os países.

Levando-se em conta o tema, analise as hipóteses seguintes e responda aos respectivos questionamentos:

- a) Ana, que é brasileira nata e também tem nacionalidade originária chinesa, praticou um crime quando esteve na China, no mês passado, e retornou imediatamente ao Brasil. Será possível que ela venha a ser extraditada, cumpridos os requisitos constitucionais, leis internas e o próprio compromisso de reciprocidade entre os países, em razão do cometimento de tal crime? Explique e fundamente. (Valor: 0,65)
- b) Deputados Federais e Senadores da República estão empenhados na aprovação de uma Proposta de Emenda Constitucional que visa extirpar do texto constitucional as hipóteses de vedação à extradição. A referida PEC é constitucional? Explique e fundamente. (Valor: 0,60)

Simulados OAB

Resposta Ideal

A) Não seria possível que Ana fosse extraditada, ainda que cumpridos os requisitos constitucionais, leis internas e o próprio compromisso de reciprocidade entre os países, pois mesmo que tenha praticado o crime na China e retornado ao território brasileiro, ela é, também, brasileira nata, e o Brasil não extradita os seus brasileiros natos, conforme preceitua o art. 5º, LI, da CRFB/88. Importante ressaltar, ainda, que mesmo Ana tendo dupla nacionalidade, brasileira e chinesa, tal fato não afasta a regra da impossibilidade da extradição.

B) Não, a Proposta de Emenda Constitucional que visa extirpar do texto constitucional as hipóteses de vedação à extradição é inconstitucional, pois o disposto no art. 5º, LI, da CRFB/88 é considerado uma cláusula pétrea que não pode ser abolida do texto constitucional e também não pode ser restringida, uma vez que se trata de um direito individual, conforme art. 60, § 4º, IV, da CRFB/88.

Distribuição dos Pontos

ITEM	PONTUAÇÃO	COMENTÁRIO EXPLICATIVO AO ALUNO
A. Não, pois Ana é brasileira nata e o Brasil não extradita os brasileiros natos (0,30), de acordo com o art. 5º, LI, da CRFB/88 (0,10). O fato de Ana ter dupla nacionalidade não afasta a regra da impossibilidade da extradição (0,25).	0,00/0,10/0,25/0,30/ 0,35/0,40/0,55/0,65	A base da resposta deve ser extraída do próprio texto constitucional. De acordo com o art. 5º, LI, da CRFB/88, nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei. Deve-se destacar, também, que a dupla nacionalidade não afasta a regra da impossibilidade da extradição do brasileiro nato.
B. Não, pois o disposto no art. 5º, LI, da CRFB/88 é cláusula pétrea (0,20) que não pode ser abolida do texto constitucional, uma vez se tratar de um direito individual (0,30), conforme art. 60, § 4º, IV, da CRFB/88 (0,10).	0,00/0,10/0,20/0,30/ 0,40/0,50/0,60	A resposta também tem fundamento no próprio texto constitucional, devendo ser extraída da interpretação do disposto no art. 60, § 4º, IV, da CRFB/88. Por se tratar de um direito individual (art. 5º, LI), não pode ser objeto de PEC tendente a sua abolição do texto constitucional.

Simulados OAB

PADRÃO DE RESPOSTA – QUESTÃO 02

Enunciado

Pedro Vieira, brasileiro nato, estudante de Direito cursando o terceiro período da faculdade, está com dezessete anos de idade e pretende se candidatar ao cargo de vereador pelo município da Aproveção, localizado no Estado da Luz, pois deseja seguir os passos de seu avô, já falecido, que iniciou a vida política como vereador e encerrou como Presidente da República.

Na qualidade de advogado de Pedro Vieira, responda as seguintes indagações formuladas a fim de sanar as suas dúvidas:

- a) Qual a idade mínima exigida para que se possa concorrer ao cargo pretendido de vereador? O candidato poderá comprovar esse requisito na data da posse? Explique e fundamente. (Valor 0,65)
- b) Tendo em vista que não concorda com a ideologia dos Partidos Políticos existentes em todo o território nacional, ele poderá concorrer ao cargo de vereador mesmo sem filiar-se a qualquer partido? Justifique. (Valor 0,60)

Simulados OAB

Resposta Ideal

A) A idade mínima para que se possa concorrer ao cargo de vereador é de 18 (dezoito) anos completos, conforme elencado no art. 14, § 3º, VI, “d”, da CRFB/88. No que tange a possibilidade de comprovação desse requisito na data da posse, não é possível, pois de acordo com a jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral sobre o tema, o candidato ao cargo de vereador tem de comprovar que completou essa idade até a data final para o pedido de registro de candidatura, e não apenas na data da posse, o que também está elencado no art. 11, § 2º, da Lei 9.504/97.

B) Não, pois a filiação partidária é uma das condições de elegibilidade que deve ser necessariamente observada, pois no Brasil não é admitida a candidatura avulsa, o que pretende Pedro, que deverá se filiar a qualquer partido político para que possa vir a concorrer ao cargo de vereador pelo município da Aprovação, em observância ao disposto no art. 14, § 3º, V, da CRFB/88.

Distribuição dos Pontos

ITEM	PONTUAÇÃO	COMENTÁRIO EXPLICATIVO AO ALUNO
A. A idade mínima exigida para o cargo de vereador é de 18 anos de idade completos (0,25), de acordo com o art. 14, § 3º, VI, “d”, da CRFB/88 (0,10). Não, pois segundo a jurisprudência, o candidato ao cargo de vereador tem de comprovar que completou essa idade até a data final para o pedido de registro de candidatura, e não apenas na data da posse (0,20). O próprio art. 11, § 2º, da Lei 9.504/97 trata sobre essa hipótese (0,10).	0,00/0,10/0,20 /0,25/0,30/ 0,35/0,40/0,45 /0,55/0,65	A base da resposta exige o conhecimento da jurisprudência sobre o tema e do disposto no art. 14, § 3º, VI, “d”, da CRFB/88. De acordo com a jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral, o candidato ao cargo de vereador tem de comprovar que completou essa idade até a data final para o pedido de registro de candidatura, e não apenas na data da posse. Ademais, o próprio art. 11, § 2º, da Lei 9.504/97 trata sobre essa hipótese.
B. Não, pois a filiação partidária é uma das condições de elegibilidade que deve ser necessariamente observada (0,30), na forma do art. 14, § 3º, V, da CRFB/88 (0,10). No Brasil não é admitida a candidatura avulsa (0,20).	0,00/0,10/0,20 /0,30/0,40/ 0,50/0,60	A base da resposta tem fundamento no próprio texto constitucional, em seu art. 14, § 3º, V. Trata-se de uma das condições de elegibilidade. No Brasil não é admitida a candidatura avulsa.

Simulados OAB

PADRÃO DE RESPOSTA – QUESTÃO 03

Enunciado

A Associação Brasileira de Televisão por Assinatura questiona no Supremo Tribunal Federal uma lei estadual que proíbe a cobrança por ponto adicional de canal de televisão. A norma veda a cobrança pela instalação e utilização de pontos adicionais de TV a cabo e, segundo a associação, o estado, ao legislar sobre a temática, “seguramente exorbitou suas atribuições, adentrando em tema de competência privativa da União”, por afrontar o disposto no art. 22 da Constituição Federal. Este artigo, em seu inciso IV, diz competir à União legislar sobre águas, energia, informática, telecomunicações e radiodifusão.

Com base no exposto, responda fundamentadamente:

- a) O Supremo Tribunal Federal admite que a associação composta de membros de categorias profissionais ou econômicas heterogêneas tenha legitimidade para ingressar com ação direta de inconstitucionalidade (ADI)? E quanto às “associações de associações” ou “associações de segundo grau”, podem ajuizar a ADI? (Valor: 0,65)
- b) Se determinada lei estadual, compatível com a Constituição originária, se tornar incompatível com o texto constitucional posteriormente, tendo em vista uma emenda constitucional, qual será a forma de afastar essa norma estadual no controle de constitucionalidade concentrado federal? (Valor: 0,60)

Simulados OAB

Resposta Ideal

A) Não, pois o Supremo Tribunal Federal entende que os interesses que unem os seus componentes devem ser homogêneos, logo, de uma mesma categoria ou classe. Dessa forma, não é possível que uma associação composta de membros de categorias profissionais ou econômicas heterogêneas ingresse com ação direta de inconstitucionalidade. No que tange a possibilidade das “associações de associações” ou “associações de segundo grau” atuarem perante a Corte em sede de controle concentrado de constitucionalidade, sim, é possível, desde que também representem interesses homogêneos, como já entendeu o próprio Supremo Tribunal Federal.

B) Se a lei estadual vier a se tornar incompatível com o texto contitucional em razão do advento de uma emenda constitucional, em relação a esta ela será uma norma pré constitucional e, portanto, só poderá vir a ser questionada no controle de constitucionalidade concentrado federal via Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, que é a única ação que admite tal objeto. Ademais, a norma deverá ser revogada, caso seja reconhecida a incompatibilidade com a emenda constitucional, pois a não-recepção de uma norma gera a sua revogação e não a declaração de inconstitucionalidade.

Distribuição dos Pontos

ITEM	PONTUAÇÃO	COMENTÁRIO EXPLICATIVO AO ALUNO
A. Não, pois os interesses que unem os seus componentes devem ser homogêneos (0,20), logo, de uma mesma categoria ou classe (0,10). Ainda, de acordo com a jurisprudência do STF, as associações de segundo grau tem legitimidade ativa (0,20), desde que, também representem interesses homogêneos (0,15).	0,00/0,10/0,15/0,20/ 0,25/0,30/0,35/0,40/ 0,45/0,50/0,55/0,65	A base da resposta exige o conhecimento da jurisprudência do STF sobre o tema. O Supremo Tribunal Federal entende que os interesses que unem os seus componentes devem ser homogêneos, logo, de uma mesma categoria ou classe. Ademais, a Corte admite a legitimidade ativa das “associações de associações” ou “associações de segundo grau”, desde que também representem interesses homogêneos.
B. Em sendo norma pré-constitucional (0,20), a via adequada será a ADPF (0,20). A norma deverá ser revogada, pois a não-recepção gera a revogação e não a declaração de inconstitucionalidade (0,20).	0,00/0,20/0,40/0,60	A base da resposta tem fundamento na doutrina, pois a norma estadual será considerada pré constitucional em relação a emenda constitucional que surgiu. Dessa forma, somente poderá ser questionada via ADPF, que é a única ação do controle de constitucionalidade concentrado federal que admite normas pré constitucionais como objeto. Ademais, também deve ser esclarecido que a norma, se não for compatível com a emenda, deverá ser revogada, pois a não-recepção gera a revogação e não a declaração de inconstitucionalidade.

Simulados OAB

PADRÃO DE RESPOSTA – QUESTÃO 04

Enunciado

As Comissões existentes no Congresso Nacional são órgãos auxiliares da atividade parlamentar e podem ser divididas em temporárias, permanentes, representativas, mistas e parlamentares de inquérito.

Sobre o tema, responda aos seguintes questionamentos:

- a) Qual a atribuição da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania na fase de discussão e emendas aos projetos de lei? Seus pareceres devem prevalecer sempre? Explique e fundamente. (Valor 0,65)
- b) Em razão da decretação de intervenção federal no Estado ABCD, o Presidente da Câmara dos Deputados convocou sessão extraordinária, alegando urgência e pretendendo, também, discutir no Congresso Nacional, nessa mesma sessão, sobre o reajuste de determinada categoria de servidores públicos federais. Agiu corretamente o Presidente da Câmara dos Deputados? Explique e fundamente. (Valor 0,60)

Simulados OAB

Resposta Ideal

A) A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, na fase de discussão e emendas aos projetos de lei, tem o papel de emitir pareceres sobre a constitucionalidade ou não de projetos de lei, realizando um verdadeiro controle preventivo político de constitucionalidade. No que tange aos seus pareceres, eles não prevalecem sempre, pois podem vir a ser derrubados por recurso de um décimo dos membros da Casa respectiva, na forma do art. 58, § 2º, I, da CRFB/88.

B) Não agiu corretamente o Presidente da Câmara dos Deputados, pois esta convocação de sessão extraordinária na hipótese de intervenção federal compete ao Presidente do Senado Federal, e não a ele, conforme preceitua o art. 57, § 6º, I, da CRFB/88. Ademais, não é possível discutir no âmbito Congresso Nacional, nessa mesma sessão, sobre o reajuste de determinada categoria de servidores públicos federais, já que o Congresso apenas deliberará sobre a intervenção federal, ou seja, a matéria para a qual foi convocado, de acordo com o art. 57, § 7º, da CRFB/88.

Distribuição dos Pontos

ITEM	PONTUAÇÃO	COMENTÁRIO EXPLICATIVO AO ALUNO
A. A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania tem o papel de emitir pareceres sobre a constitucionalidade ou não de projetos de lei (0,10), realizando um controle preventivo político de constitucionalidade (0,20). Não, pois os seus pareceres podem ser derrubados por recurso (0,20), na forma do art. 58, § 2º, I, da CRFB/88 (0,15).	0,00/0,10/0,15/0,20/ 0,25/0,30/0,35/0,40/ 0,45/0,50/0,55/0,65	A resposta tem base na doutrina e também no próprio texto constitucional. A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania tem o papel de emitir pareceres sobre a constitucionalidade ou não de projetos de lei, quando realiza um verdadeiro controle preventivo político de constitucionalidade. Ademais, da interpretação do disposto no art. 58, § 2º, I, da CRFB/88, podemos extrair que os seus pareceres podem ser derrubados por recurso, ou seja, não prevalecem sempre.
B. Não, pois compete ao Presidente do Senado Federal a convocação de sessão extraordinária na hipótese de intervenção federal (0,20), na forma do art. 57, § 6º, I, da CRFB/88 (0,10). Não, pois não será possível discutir, nessa mesma sessão extraordinária, sobre o mencionado reajuste, já que o Congresso apenas irá deliberar sobre a intervenção federal, matéria para a qual foi convocado (0,20), de acordo com o art. 57, § 7º, da CRFB/88 (0,10).	0,00/0,10/0,20/0,30/ 0,40/0,50/0,60	A resposta deve ser extraída da própria Constituição Federal, em uma análise conjunta do disposto no art. 57, § 6º, I, e § 7º da CRFB/88. Compete ao Presidente do Senado Federal a convocação de sessão extraordinária na hipótese de intervenção federal e o Congresso apenas deverá deliberar sobre a intervenção federal, matéria para a qual foi convocado.

SIMULADO OAB

2ª Fase

Direito Empresarial



CERS

AdVerum
Suporte Educacional

Simulados OAB

PADRÃO DE RESPOSTA – PEÇA PROFISSIONAL

Enunciado

João Nonato Concessionária de Veículos Ltda., ajuizou ação executiva por título extrajudicial para cobrança de valores relativos a dois cheques emitidos por Reinaldo Azevedo, em 08/10/2019. O primeiro cheque foi emitido em 17/02/2019, no valor de R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais), e o segundo, em 20/04/2019, no valor de R\$ 17.000,00 (dezesete mil reais). Os cheques foram emitidos em Natal/RN, o primeiro pagável nessa mesma cidade e o segundo em João Pessoa/PB. Ambos os cheques possuem garantia pessoal cambiária firmada por Salustiano Ferreira no anverso, em favor do emitente. Reinaldo Azevedo e Salustiano foram incluídos no polo passivo da execução.

O juiz da Comarca da 3ª Vara Cível de Natal/RN, despachou a inicial da ação executiva e determinou a citação dos réus para as providências legais. Salustiano Ferreira, citado regularmente, procura você para patrocinar a defesa na ação. Tendo acesso aos autos do processo no dia 05/11/2019, você verifica que:

- I. o emitente nomeou bem à penhora, com termo de penhora de automóvel e juntada de laudo de avaliação ao processo;
- II. o oficial de justiça certificou nos autos a juntada do mandado de citação dos réus, no dia 02/11/2019;
- III. os cheques não são pós-datados, tendo o primeiro sido apresentado para compensação no dia 20/02/2019 e devolvido na mesma data por insuficiência de fundos disponíveis (há carimbo de devolução do primeiro cheque no verso da cártula); o segundo foi apresentado na agência sacada em João Pessoa/PB pelo beneficiário e exequente, no dia 03/05/2019, sendo também devolvido pelo mesmo motivo do primeiro cheque;
- IV. os cheques não foram protestados.

Com base no caso hipotético acima apresentado, elabore a peça judicial cabível. (5,0)

Simulados OAB

Resposta Ideal

Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito da 3ª Vara Cível de Comarca de Natal – Rio Grande do Norte

(pular aproximadamente 5 linhas em todas as petições iniciais)

Distribuído por dependência ao Processo nº (...)

Salustiano Ferreira, nacionalidade, estado civil, profissão, inscrito no CPF sob o nº ..., residente e domiciliado ... por seu advogado infra-assinado, conforme procuração anexa ..., com escritório ..., endereço que indica para os fins do art. 77, V, do CPC, com fundamento nos termos do art. 914 e seguintes da Lei nº 13.105/2015, vem, respeitosamente diante de Vossa Excelência opor

EMBARGOS À EXECUÇÃO

nos autos do processo que lhe move João Nonato Concessionária de Veículos Ltda., já qualificada nos autos, pelos fatos e fundamentos jurídicos que passa a expor.

PRELIMINARMENTE

I- DA TEMPESTIVIDADE

A juntada do mandado de citação do embargante foi realizada pelo oficial de justiça no dia 02/11/2019. Desta forma, considerando que conforme o art. 915 do CPC, o prazo para a opor embargos é de 15 dias, percebe-se que a presente medida é tempestiva.

II- DA (IN)COMPETÊNCIA EM RAZÃO DO LUGAR

Conforme o art. 53, III, d, do CPC, o Juízo competente para julgar ações em que se exija a satisfação de obrigações é o lugar em que devam ser cumpridas. O cheque de nº (...) emitido em 20/04/2019, no valor de R\$ 17.000,00 (dezesete mil reais) deve ser pago na cidade de João Pessoa/PB, portanto, este Juízo é incompetente para tal. Desta forma, requer a remessa da execução para o Juízo competente, nos termos do art. 64, §3º, do CPC.

1- DOS FATOS

O embargante prestou aval em dois cheques emitidos pelo executado Reinaldo Azevedo. Os dois cheques foram apresentados para compensação, entretanto, foram devolvidos por existirem recursos suficiente para tal. Ocorre que a execução de título extrajudicial proposta pela embargada está eivada de vícios como se demonstrará adiante.

2- FUNDAMENTOS JURÍDICOS

O embargante não nega ter prestado aval ao emitente dos dois cheques ora executados, tampuco nega ter responsabilidade cambiária pelo pagamento, comodevedor solidário, com fundamento no Art. 31, caput, da Lei nº 7.357/85, entretanto, verifica-se a ocorrência da prescrição da pretensão à execução do cheque emitido em 17/02/2019, no valor de R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais), com fundamento no Art.59, caput, da Lei nº 7.357/85. Explico:

O prazo de apresentação deste cheque é de 30 dias, contados da data de emissão, com fundamento no Art. 33, caput, da Lei nº 7.357/85. O prazo prescricional de 6 (seis) meses, a partir de término do prazo de apresentação, começou a correr a partir do dia 17/03/2019 e findou no dia 17/09/2019.

A execução de título extrajudicial somente foi proposta em 08/10/2019, portanto, após o fim do prazo prescricional.

Simulados OAB

Insta salientar que como os cheques não foram protestados, não se verificando assim, ato interruptivo da prescrição.

Desta forma, considerando a prescrição de um dos cheques, verifica-se que o valor pleiteado pelo embargado não pode ser cobrado coercitivamente do embargante tendo em vista o indiscutível excesso de execução, com base no Art. 917, inciso III, do CPC. Assim sendo, o valor da execução, que como já mencionado, deve ser remetida para o juízo competente, deve ser o equivalente ao cheque de nº (...) emitido em 20/04/2019, no valor de R\$ 17.000,00 (dezesete mil reais).

Ademais, da análise dos autos constata-se que fora apresentado bem à penhora pelo emitente, estando presente no feito laudo de avaliação do bem, com o objetivo de garantir a satisfação da dívida.

3- DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer:

- a) o recebimento dos embargos e a oitiva do exequente no prazo de 15 (quinze) dias, com fundamento no Art. 920, inciso I, do CPC;
- b) o acolhimento da preliminar suscitada, reconhecendo este Juízo a sua incompetência para julgar a demanda quanto cheque de nº (...) emitido em 20/04/2019, no valor de R\$ 17.000,00 (dezesete mil reais) e por conseguinte a determinação de remessa dos autos ao Juízo competente, conforme o art. . 64, §3º, do CPC;
- c) a procedência dos embargos para declarar a prescrição do primeiro cheque nº(...) emitido em 17/02/2019, no valor de R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais), configurando-se o excesso de execução;
- d) suspensão da execução em relação ao embargante (ou atribuição de efeito suspensivo aos embargos) porqueseu prosseguimento poderá causar dano de difícil reparação ao executado e a execução já está garantida porpenhora, com fundamento no Art. 919, § 1º, do CPC;
- d) a condenação do embargado ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios.

Protesta provar o alegado por todos os meios em direito admitidos, especialmente através dos documentos que seguem anexos aos presentes embargos, quais sejam: cópia dos cheques;certidão da juntada aos autos do mandado de citação;juntada do termo de penhora e laudo de avaliação dos bens penhorado; demonstrativo do valor correto da execução.

Atribui à causa o valor de R\$ (...)

Termos em que,
Pede deferimento.

Local... e data...
Advogado
OAB nº ...

ITEM AVALIADO	PONTUAÇÃO	COMENTÁRIO EXPLICATIVO AO ALUNO
A peça adequada nesta situação são Embargos à execução.		
Endereçamento		
1. Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito da 3ª Vara Cível de Comarca de Natal – Rio Grande do Norte (0,10)	0,00/0,10	O examinando deve endereçar a sua peça ao juízo onde se processa a execução por título extrajudicial, ou seja ao Juiz de Direito da 3ª Vara Cível de Comarca de Natal – Rio Grande do Norte, porque, nos termos do Art. 914, § 1º, do CPC, os embargos à execução serão distribuídos por dependência, autuados em apartado e instruídos com cópias das

Simulados OAB

		peças processuais relevantes.
2. Qualificação das partes: Embargante: Salustiano Ferreira(0,10); Embargado: João Nonato Concessionária de Veículos Ltda.(0,10)	0,00/0,10/0,20	Os embargos serão apresentados pelo réu e avalista Salustiano Ferreira, que foi arrolado no polo passivo da ação de execução e regularmente citado. A empresa embargada é a exequente/credora, João Nonato Concessionária de Veículos Ltda.
3. Indicação do nome e endereços dos Advogado, bem como da procuração anexa(0,20).	0,00/0,20	O examinando deve fazer referência ao nome e endereço do advogado(a), bem como indicar que a procuração segue anexa.
Preliminar		
4. Tempestividade dos embargos (0,40), conforme o art. 915 do CPC(0,10).	0,00/0,10/0,40/0,50	Neste item o examinando deveria considerar que o advogado teve acesso ao processo dentro dos 15 dias do prazo legal para o oferecimento dos embargos e que oferecerá a peça tempestivamente, porque a intempestividade é razão para sua rejeição liminar (Art. 918, inciso I, do CPC). Assim, deve haver menção que os embargos são tempestivos.
5. Incompetência em razão do lugar (0,40) nos termos do art. 53, III, d, do CPC(0,10)	0,00/0,10/0,40/0,50	O examinando deveria suscitar que o Juízo de Natal/RN é incompetente para julgar a execução, uma vez que a obrigação a ser satisfeita do cheque que ainda não está prescrito deve ser cumprida no município de João Pessoa/PB, e sendo a competência em razão do lugar, os autos devem ser remetidos para o Juízo competente, qual seja, João Pessoa/PB, conforme o art. 53, III, d, do CPC.
Fundamentos de mérito		
6. Prazo de apresentação do cheque de mesma praça (0,30), art. 33, caput, da Lei nº 7.357/85(0,10)	0,00/0,10/0,40	Neste item o examinando deveria relatar que o prazo de apresentação do primeiro cheque (Natal – mesma praça) é de 30 dias, contados da data de emissão, com fundamento no Art. 33, caput, da Lei nº 7.357/85.
7. Prescrição da pretensão à execução do primeiro cheque (0,40), nos termos do art. 59, caput, da Lei nº 7.357/85(0,10)	0,00/0,10/0,40/0,50	O examinando deve explicitar que verifica-se a ocorrência da prescrição da pretensão à execução do primeiro cheque, com fundamento no art. 59, caput, da Lei nº 7.357/85, pois, o prazo prescricional de 6 (seis) meses, a partir de término do prazo de apresentação, e no presente caso, começou a correr a partir do dia 17/03/2019 e findou no dia 17/09/2019.
8. Ausência de protesto dos cheques (0,30)	0,00/0,30	O examinando deveria esclarecer que como os cheques não foram protestados, não se verificou ato interruptivo da prescrição.
9. Excesso de execução(0,40), com base no Art. 917, inciso III, do CPC (0,10)	0,00/0,10/0,40/0,50	Neste item o examinando deveria expor que com a prescrição evidente do primeiro cheque, o valor exigido pelo embargado na execução é excessivo, não podendo o embargante ser cobrado de forma coercitiva.
10. Existência de apresentação de bem à penhora e de avaliação do bem (0,20)	0,00/0,20	O examinando deve ressaltar que a dívida já está garantida, pois, da análise dos autos constata-se que fora apresentado bem à penhora pelo emitente, estando presente no feito laudo de avaliação do bem, com o objetivo de garantir a satisfação da dívida.
Pedidos		
8. a) o recebimento dos embargos e a oitiva do exequente no prazo de 15 (quinze) dias(0,10), com fundamento no Art. 920, inciso I, do CPC(0,10); b) o acolhimento da preliminar suscitada,	0,00/0,10/0,20/0,30 /0,40/0,50/0,60/0,70/0,80/0,90/1,00	Inicialmente o examinando deve requerer o recebimento dos embargos e a oitiva do exequente. Em seguida deve requerer que a preliminar de incompetência seja acolhida. Ato contínuo, deve pugnar pela procedência dos embargos quanto à prescrição do primeiro cheque e

Simulados OAB

reconhecendo este Juízo a sua incompetência para julgar a demanda quanto cheque de nº (...) emitido em 20/04/2019, no valor de R\$ 17.000,00 (dezesete mil reais) (0,10) e por conseguinte a determinação de remessa dos autos ao Juízo competente (0,10), conforme o art. . 64, §3º, do CPC (0,10); c) a procedência dos embargos para declarar a prescrição do primeiro cheque nº (...) emitido em 17/02/2019, no valor de R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais) (0,10), configurando-se o excesso de execução (0,10); d) suspensão da execução em relação ao embargante (ou atribuição de efeito suspensivo aos embargos) porque seu prosseguimento poderá causar dano de difícil reparação ao executado e a execução já está garantida por penhora (0,10), com fundamento no Art. 919, § 1º, do CPC (0,10); e) a condenação do embargado ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios (0,10).		ao excesso de execução. Deve pedir também a suspensão da execução em relação ao embargante, pelo risco de dano de difícil reparação e em virtude da existência de penhora no feito. Por fim, o examinando deve requerer também a condenação da autora ao pagamento das custas e honorários advocatícios sucumbenciais.
12. Protesto de provas	0,00/0,20	Como a demanda admite dilação probatória o contestante deverá evidenciar que poderá provar o alegado por todos os meios admitidos em Direito, em especial, através especialmente através dos documentos instruem os embargos, quais sejam: cópia dos cheques; certidão da juntada aos autos do mandado de citação; juntada do termo de penhora e laudo de avaliação dos bens penhorado; demonstrativo do valor correto da execução
13. Valor da Causa com fundamento no art. 319, do CPC.	0,00/0,20	À toda causa deve ser atribuído valor, conforme determina o art. 291 do CPC.
Fechamento		
14. Município...; Data..., Advogado... e OAB...	0,00/0,20	

Simulados OAB

PADRÃO DE RESPOSTA – QUESTÃO 01

Enunciado

Romário, Ronaldo e Adriano formaram uma sociedade para exercer atividade empresarial de revenda de produtos esportivos. Redigiram um contrato social, mas não providenciaram a inscrição no registro próprio. A atividade não foi bem e vários clientes, sentindo-se prejudicados, procuraram a Defensoria Pública, pretendendo ser ressarcidos de valores que pagaram antecipadamente por contratos inadimplidos. Os contratos eram firmados pelo sócio Adriano, em nome da loja.

Tendo em vista o caso hipotético, responda fundamentadamente, às indagações abaixo:

- A) Romário, Ronaldo e Adriano respondem solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais e, na situação apresentada, não há que se falar em patrimônio em comum dos sócios? (0,80)
- B) Todos os sócios poderão pleitear que seus bens particulares só sejam executados por dívidas da sociedade depois de executados os bens sociais.?(0,45)

Simulados OAB

Gabarito Comentado

A) Não. Por não estar com seus atos constitutivos inscritos, a sociedade iniciada por Romário, Ronaldo e Adriano, será regida pelas normas das Sociedade em Comum. Neste caso, embora os sócios respondam solidária e ilimitadamente (art. 990 do Código Civil), existe patrimônio especial em comum dos sócios, caracterizado pelos bens afetados ao exercício da atividade e pelas dívidas dela decorrentes, conforme art. 988 do Código Civil. Logo, para fins de responsabilização das obrigações contidas nos contratos inadimplidos pela sociedade, o patrimônio em comum dos sócios deve ser observado.

B) Não. Porque Adriano contratou pela sociedade, o que faz incidir o art. 990 do CC, que exclui do benefício de ordem, previsto no art. 1.024, o sócio que contratou pela sociedade. Desta forma, apenas Romário e Adriano, poderão requerer o benefício de ordem na execução de dívidas da sociedade.

Distribuição dosPontos

ITEM	PONTUAÇÃO	COMENTÁRIO EXPLICATIVO AO ALUNO
A. Não(0,10). Por não estar com seus atos constitutivos inscritos, a sociedade iniciada por Romário, Ronaldo e Adriano, será regida pelas normas das Sociedade em Comum (0,10). Neste caso, embora os sócios respondam solidária e ilimitadamente(0,10) (art. 990 do Código Civil), existe patrimônio especial em comum dos sócios, caracterizado pelos bens afetados ao exercício da atividade e pelas dívidas dela decorrentes(0,20), conforme art. 988 do Código Civil(0,10). Logo, para fins de responsabilização das obrigações contidas nos contratos inadimplidos pela sociedade, o patrimônio em comum dos sócios deve ser observado(0,20).	0,00/0,10/0,20/0,30/ 0,40/0,50/0,60/0,70/ 0,80	Nesta questãoo examinando deveria inicialmente identificar que a sociedade formada seria regida pelas normas das Sociedade em Comum (art. 986, CC). Em seguida deveria relatar que embora dos sócios respondam solidaria e ilimitadamente conforme dispõe o art. 990, CC, por existir um patrimônio especial em comum dos sócios, decorrente dos bens e dívidas afetados à atividade empresarial (art. 988, do CC), este patrimônio deverá ser observado na responsabilização por dívidas da sociedade.
B. Não(0,10). Porque Adriano contratou pela sociedade, o que faz incidir o art. 990 do CC(0,10), que exclui do benefício de ordem, previsto no art. 1.024, o sócio que contratou pela sociedade(0,10). Desta forma, apenas Romário e Adriano, poderão requerer o benefício de ordem na execução de dívidas da sociedade(0,15).	0,00/0,10/0,15/0,20/ 0,25/0,30/0,35/0,45	Neste item basicamente o examinando deveria esclarecer que nem todos os sócios poderiam requerer o benefício de ordem previsto no art. 1.024 do CC, pois, Adriano contratou pela sociedade, estando assim impedido de requerer tal benefício, podendo o seu patrimônio particular responder de pronto pelas obrigações decorrentes dos contratos inadimplidos pela sociedade. Assim sendo, apenas Ronaldo e Romário poderão requerer que seus bens particulares somente respondam após a execução do patrimônio da sociedade, caso este seja insuficiente.

Simulados OAB

PADRÃO DE RESPOSTA – QUESTÃO 02

Enunciado

ABC ferramentas elétricas Ltda., em recuperação judicial, após a aprovação do seu plano de recuperação, informou ao juízo falimentar competente a mudança de seu domicílio, sem, contudo, comunicar o fato aos seus credores nem fixar data para a instalação do novo estabelecimento.

Diante do caso hipotético apresentado, com base na legislação pertinente e da jurisprudência do STJ, responda fundamentadamente as seguintes perguntas:

- A) Aconvolação da recuperação judicial em falência deverá ser decretada, de ofício, pelo magistrado, visto que a falta de comunicação aos credores acerca da mudança de domicílio, bem como a não estipulação de data para a instalação do novo estabelecimento são motivos suficientes para a decretação da quebra da sociedade empresária?(0,70)
- B) Os créditos posteriores ao pedido de recuperação judicial não estarão sujeitos ao plano de recuperação judicial aprovado, não havendo, por conseguinte, a habilitação desse crédito no juízo universal da recuperação judicial? (0,55)

Simulados OAB

Gabarito Comentado

- A) Não. Pois a empresa comunicou ao Juízo competente a mudança de domicílio e a falta de comunicação aos credores e ausência de fixação de data para instalação no novo local não são suficientes para ensejar a convalidação da recuperação judicial em falência, uma vez que sua atitude não está entre as hipóteses de decretação de falência previstas no art. 94 da Lei nº 11.101/2005. O STJ possui o entendimento de que a simples alteração de endereço por si só não é suficiente para a decretação de falência, contudo, se deve apurar se houve tentativa de abandono ou ocultação do devedor, sendo necessário antes de qualquer decisão, conceder ao devedor o contraditório e a ampla defesa.
- B) Sim. De acordo com o art. 49 da Lei nº 11.101/2005 todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos, estão sujeitos à recuperação judicial, logo, também com base na jurisprudência do STJ, que entende que não se deve alterar constantemente os planos de recuperação judicial, sob o risco de descumprimento das obrigações assumidas, os créditos posteriores ao pedido de recuperação judicial não estarão sujeitos ao plano de recuperação e consequentemente não estarão habilitados no juízo universal.

ITEM	PONTUAÇÃO	COMENTÁRIO AO ALUNO	EXPLICATIVO
A. Não(0,10). Pois a empresa comunicou ao Juízo competente a mudança de domicílio e a falta de comunicação aos credores e ausência de fixação de data para instalação no novo local não são suficientes para ensejar a convalidação da recuperação judicial em falência(0,25), uma vez que sua atitude não está entre as hipóteses de decretação de falência previstas no art. 94 da Lei nº 11.101/2005(0,10). O STJ possui o entendimento de que a simples alteração de endereço por si só não é suficiente para a decretação de falência, contudo, se deve apurar se houve tentativa de abandono ou ocultação do devedor, sendo necessário antes de qualquer decisão, conceder ao devedor o contraditório e a ampla defesa(0,25).	0,00/0,10/0,25 /0,35/0,45/0,5 0/0,60/0,70	Neste item o examinando deveria relatar que a atitude na empresa não pode ensejar a convalidação da recuperação judicial em falência, pois além de ter comunicado a mudança de endereço ao Juízo competente, a falta de comunicação aos credores e a ausência de fixação de data para instalação do estabelecimento no novo local não se inserem nas hipóteses contidas no art. 94 da Lei nº 11.101/2005, assim como a jurisprudência do STJ entende que a mudança de endereço por si não é motivo decretação de falência. Veja-se decisão neste sentido: "[...]A simples alteração de endereço não é causa suficiente para o decreto de quebra, havendo que se perquirir se houve, de fato, abandono ou ocultação pelo devedor, o que deverá se dar sob o crivo do contraditório e da ampla defesa, de modo que a sociedade empresária em recuperação deverá ser intimada para, em se constatando que não mais exerce sua empresa em seu antigo endereço, informar ao juízo acerca do ocorrido e fazer prova de que não houve tentativa de furtar-se ao cumprimento de suas obrigações." REsp n. 1.366.845-MG, Rel. Min. Maria Isabel Gallotti, julgado em 18/6/2015, DJe 25/6/2015	

Simulados OAB

<p>B. Sim(0,10). De acordo com o art. 49 da Lei nº 11.101/2005(0,10) todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos, estão sujeito à recuperação judicial, logo, também com base na jurisprudência do STJ(0,10), que entende que não se deve alterar constantemente os planos de recuperação judicial, sob o risco de descumprimento das obrigações assumidas(0,10), os créditos posteriores ao pedido de recuperação judicial não estarão sujeitos ao plano de recuperação e consequentemente não estarão habilitados no juízo universal(0,15).</p>	<p>0,00/0,10/0,15 /0,20/0,25/0,3 0/0,35/0,40/0, 45/0,55</p>	<p>O examinando deveria expor que os créditos posteriores ao pedido de recuperação judicial não serão incluídos no plano de recuperação e não serão habilitados no juízo competente, pois, não há previsão para tal, bem como, segundo entendimento do STJ, constantes alterações no plano de recuperação judicial poderia causar o descumprimento das obrigações nele assumidas. Note-se: "Assim sendo, as dívidas trabalhistas constituídas após o pedido de recuperação judicial não podem se inserir na recuperação, até porque existindo plano para pagamento e recuperação, não se pode, indefinidamente, incluírem-se novas dívidas, sob pena de ocorrer constantemente o refazimento do plano de recuperação, o que transformaria a ação de recuperação em uma fonte eterna de descumprimento de obrigações assumidas." (STJ - CC: 129720 SP 2013/0295228-3, Relator: Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Data de Julgamento: 14/10/2015, S2 - SEGUNDA SEÇÃO, Data de Publicação: DJe 20/11/2015).</p>
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Simulados OAB

PADRÃO DE RESPOSTA – QUESTÃO 03

Enunciado

Banco XYZ S.A., com carteira de crédito imobiliário, necessitando se capitalizar em meio a crise da Covid-19, pretende emitir Letras de Crédito Imobiliário – LCI, lastreadas por créditos imobiliários garantidos por alienação fiduciária de imóveis.

Tendo em vista o caso hipotético, responda fundamentadamente, com base na legislação às indagações abaixo:

- A) A LCI a ser emitida pelo Banco XYZ S.A. poderá ser garantida com alienação fiduciária de bens móveis? (0,65)
- B) A LCI emitida pelo Banco XYZ S.A. poderá assegurar aos tomadores garantia fidejussória adicional ao lastro dos créditos imobiliários garantidos por alienação fiduciária? (0,60)

Simulados OAB

Gabarito Comentado

A) Não. De acordo com o art. 12 da Lei 10.931/2004, a LCI emitida pelo Banco XYZ S.A. poderá ter seus créditos imobiliários garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de coisa imóvel, ou seja, a alienação fiduciária de coisa móvel não poderá ser utilizada como garantia de LCI's pelo Banco XYZ S.A.

B) Sim. De acordo com o art. 14 da Lei 10.931/2004, a LCI emitida pelo Banco XYZ S.A. poderá contar com garantia fidejussória adicional de instituição financeira ao lastro dos créditos imobiliários garantidos por alienação fiduciária.

Distribuição dos Pontos

ITEM	PONTUAÇÃO	COMENTÁRIO EXPLICATIVO AO ALUNO
A. Não(0,10). De acordo com o art. 12 da Lei 10.931/2004(0,10), a LCI emitida pelo Banco XYZ S.A. poderá ter seus créditos imobiliários garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de coisa imóvel(0,20), ou seja, a alienação fiduciária de coisa móvel não poderá ser utilizada como garantia de LCI's pelo Banco XYZ S.A.(0,25).	0,00/0,10/0,20/0,25/ 0,30/0,35/0,40/0,45/ 0,55/0,65	Nesta questão o examinando deve basicamente expor que o Banco XYZ S.A. não poderá utilizar alienação fiduciária de coisa móvel por ausência de previsão legal, visto que de acordo com o art. 12 da Lei nº 10.931/2004, somente é possibilitada a garantia de LCIs por meio de hipoteca e de alienação fiduciária de coisa imóvel.
B. Sim (0,10). De acordo com o art. 14 da Lei 10.931/2004 (0,20), a LCI emitida pelo Banco XYZ S.A. poderá contar com garantia fidejussória adicional de instituição financeira ao lastro dos créditos imobiliários garantidos por alienação fiduciária (0,30).	0,00/0,10/0,20/0,30/ 0,50/0,60	Neste item o examinando deve expor que o Banco XYZ S.A. poderá emitir LCI's assegurando ao tomadores, garantia fidejussória adicional ao lastro dos créditos imobiliários garantidos por alienação fiduciária, nos termos do art. 14 da Lei 10.931/2004.

Simulados OAB

PADRÃO DE RESPOSTA – QUESTÃO 04

Enunciado

Chimbinha avalizou uma nota promissória emitida por Joelma e tendo Marília como beneficiária. Antes do respectivo título se vencer, a beneficiária Marília endossou para Nayara. Então, na data do vencimento, Nayara foi até Joelma para cobrar a nota promissória, mas Joelma não pagou, pois alegou que sua assinatura foi falsificada.

- A) O aval dado por Chimbinha é válido, já que a obrigação de Joelma é nula? (0,65)
- B) Nayara poderia cobrar sua nota promissória contra qual(is) devedor(es) cambiário(s)? (0,60)

Simulados OAB

Gabarito Comentado

- A) Sim, o aval dado por Chimbinha é válido, em razão do princípio da autonomia das obrigações cambiais, a obrigação do avalista se mantém mesmo no caso de a obrigação que ele garantiu ser nula por qualquer razão que não seja vício de forma, com base no art. 32 ou art. 7º da LUG – Decreto nº 57.663/66, Anexo I.
- B) Nayara poderia cobrar sua nota promissória nos termos do artigo 47 da LUG – Decreto nº 57.663/66, Anexo I (0,20) do avalista Chimbinha, por ser avalista garante o pagamento do título de crédito nos termos do artigo 30 da LUG – Decreto nº 57.663/66, Anexo I e da endossante Marília, por ser endossante garante o pagamento do título de crédito nos termos do artigo 15 da LUG – Decreto nº 57.663/66, Anexo I.

Distribuição dos Pontos

ITEM	PONTUAÇÃO	COMENTÁRIO AO ALUNO
A. Sim, o aval dado por Chimbinha é válido, em razão do princípio da autonomia das obrigações cambiais (0,20), a obrigação do avalista se mantém mesmo no caso de a obrigação que ele garantiu ser nula por qualquer razão que não seja vício de forma (0,25), com base no art. 32 ou art. 7º da LUG – Decreto nº 57.663/66, Anexo I (0,20).	0,00/0,20/0,40/0,45/ 0,65	<p>Neste item o examinando deve relatar que o aval dado por Chimbinha continua válido, ainda que comprovada a falsificação da assinatura de Joelma, em razão do princípio da autonomia. Ademais, não sendo vício de forma (falta de algum requisito essencial ao título de crédito), a obrigação do avalista se mantém, como se depreende da leitura do art. 32 ou art. 7º da LUG – Decreto nº 57.663/66, Anexo I. Note-se:</p> <p>Art. 32. O dador de aval é responsável da mesma maneira que a pessoa por ele afiançada.</p> <p>A sua obrigação mantém-se, mesmo no caso de a obrigação que ele garantiu ser nula por qualquer razão que não seja um vício de forma.</p> <p>Se o dador de aval paga a letra, fica subrogado nos direitos emergentes da letra contra a pessoa a favor de quem foi dado o aval e contra os obrigados para com esta em virtude da letra.</p>
B. Nayara poderia cobrar sua nota promissória nos termos do artigo 47 da LUG – Decreto nº 57.663/66, Anexo I (0,20) do avalista Chimbinha, por ser avalista garante o pagamento do título de crédito nos termos do artigo 30 da LUG – Decreto nº 57.663/66, Anexo I (0,20) e da endossante Marília, por ser endossante garante o pagamento do título de crédito nos termos do artigo 15 da LUG – Decreto nº 57.663/66, Anexo I (0,20).	0,00/0,20/0,40/0,60	<p>Neste item o examinando deveria relatar que tanto Chimbinha quanto Marília podem ser cobrados por Nayara, o primeiro por ser avalista, conforme o art. 30 da LUG – Decreto nº 57.663/66, Anexo I, e a segunda por ser endossante. Veja-se:</p> <p>Art. 15. O endossante, salvo cláusula em contrário, é garante tanto da aceitação como do pagamento da letra. O endossante pode proibir um novo endosso, e,</p>

Simulados OAB

		<p>neste caso, não garante o pagamento às pessoas a quem a letra for posteriormente endossada.</p> <p>Art. 30. O pagamento de uma letra pode ser no todo ou em parte garantido por aval. Esta garantia é dada por um terceiro ou mesmo por um signatário da letra.</p>
--	--	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

This image shows a full page of white paper with horizontal blue or grey ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page, typical of notebook paper. There are no margins, text, or other markings on the page.